



# memorial alto santana - onde a terra guarda memórias

*“mas nossas lembranças permanecem coletivas e elas são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nas quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.” (Maurice Halbwachs, 1990)*



ARQUITETURA E  
URBANISMO

CÂMPUS  
GOIÁS



UFV  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE VIÇOSA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
CAMILA DE JESUS DA SILVA- 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
(UAECSA)

CAMILA DE JESUS DA SILVA

MEMORIAL ALTO SANTANA - ONDE A TERRA GUARDA MEMÓRIAS

Cidade de Goiás – Goiás  
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Camila de Jesus da Silva

Título do trabalho: Memorial Alto Santana - Onde a Terra guarda Memórias

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ x ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Moreira, Professora do Magistério Superior-Substituta**, em 15/12/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila De Jesus Da Silva, Discente**, em 15/12/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5831045** e o código CRC **3B81FC75**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.062370/2025-79

SEI nº 5831045

CAMILA DE JESUS DA SILVA

Memorial Alto Santana - Onde a Terra Guarda Memórias

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas (UAECSA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Ma. Fernanda Moreira

Cidade de Goiás – Goiás  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Camila de Jesus da  
Memorial Alto Santana [manuscrito] : Onde a Terra guarda  
Memórias / Camila de Jesus da Silva. - 2025.  
67 f.: il.

Orientador: Profa. Fernanda Moreira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências  
Sociais Aplicadas, Arquitetura e Urbanismo, Cidade de Goiás, 2025.  
Bibliografia.  
Inclui mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Memória social. 2. Quilombo. 3. Homenagear. 4. Ressignificar. I.  
Moreira, Fernanda, orient. II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) intitulado “Memorial Alto Santana - Onde a Terra guarda Memórias”, de autoria de Camila de Jesus da Silva, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas do Câmpus Goiás da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Ma. Fernanda Moreira – orientadora (UAECSA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Karine Camila Oliveira (UAECSA/UFG) e Alehandra de Faria Campelo (Arquiteta Urbanista). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC II considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Moreira, Professora do Magistério Superior-Substituta**, em 11/12/2025, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Camila Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 11/12/2025, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5831043** e o código CRC **53FEE5A2**.

# AGRA decimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, que tem sido meu sustento e força em cada passo desta caminhada. Sem Sua presença, não sei se teria conseguido seguir adiante na busca pelos meus sonhos.

À minha família — Carla, Andrey, Laura, Asafe, Jéssica, e especialmente aos meus pais, Carlos e Ana — meu mais profundo reconhecimento por todo amor, cuidado e apoio. Obrigada por me ouvir, orar e zelar por mim. À minha mãe, em especial, que fez o possível e o impossível para me oferecer um lar cheio de amor e incentivo, me ensinando a nunca desistir, mesmo diante das dificuldades. A senhora será sempre a pessoa mais importante do meu mundo.

À minha orientadora, professora Fernanda Moreira, que, com toda sua força e sensibilidade, me guiou sem medir esforços. Mais que uma professora, uma mulher preta, uma mãe e uma presença acolhedora que me inspirou e fortaleceu. Sua escuta e dedicação foram luz nos momentos mais desafiadores e fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Aos professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, cargo comigo os ensinamentos e o respeito por cada um de vocês, profissionais da arquitetura e urbanismo que contribuíram para minha formação.

Por fim, agradeço aos amigos que, mesmo distantes, nunca deixaram de estar presentes: Davi, Beatriz e Ana, meu muito obrigado por tudo. À Casa das 7 Mulheres, meu lar em Goiás, agradeço a todas as meninas que sempre me apoiaram, deram força e dividiram comigo madrugadas de trabalho na cozinha, vocês foram porto seguro.

E aos que estiveram comigo nesta jornada — Nathanne, Flávio, Clara, e especialmente Camila, Sarah, Isabella e Victória — sou imensamente grata por cada risada, cada lágrima e cada palavra de apoio. Vocês tornaram esse caminho mais leve, mais forte e cheio de significado. Que a vida retribua todo o carinho que me deram, e que possamos compartilhar muitos outros momentos juntos.

# RE sumo

Este trabalho propõe a criação de um memorial em homenagem aos negros escravizados e à comunidade quilombola Alto Santana, na cidade de Goiás (GO). Diante da marginalização histórica e da invisibilidade institucional, a proposta visa ressignificar a Praça da Conceição por meio da valorização da memória social e da ancestralidade, conectando o território quilombola aos circuitos urbanos turísticos. A pesquisa, de abordagem qualitativa, envolve revisão bibliográfica, visitas *in loco* e escuta dos moradores. A proposta arquitetônica baseia-se nos quatro pontos-chave do Design Gráfico para Ambientes: ambiente físico, informação transmitida, identidade projetada e experiência do usuário. A praça foi identificada como ponto estratégico para o memorial, com potencial para promover reparação simbólica, reconhecimento cultural e inclusão urbana. Conclui-se que a intervenção pode funcionar como instrumento de justiça histórica e fortalecimento identitário.

**Palavras-chave:** memória social; quilombo; homenagear; ressignificar.

# ABS tract

This work proposes the creation of a memorial in honor of enslaved Black people and the Quilombola community of Alto Santana, located in the city of Goiás (GO), Brazil. In response to historical marginalization and institutional invisibility, the project aims to reinterpret Praça da Conceição through the lens of social memory and ancestry, linking the quilombola territory to urban tourist circuits. The qualitative research includes bibliographic review, on-site visits, and conversations with local residents. The architectural proposal is guided by the four key elements of Environmental Graphic Design: physical environment, transmitted information, projected identity, and user experience. The square was identified as a strategic location for the memorial, with the potential to promote symbolic reparation, cultural recognition, and urban inclusion. The study concludes that the intervention can serve as a tool for historical justice and identity strengthening.

**Keywords:** social memory; quilombo; to honor; to re-signify.

# LISTA DE figuras

<b>Figura 1</b> - Localização Município de Goiás.....	<b>28</b>
<b>Figura 2</b> - Conjunto de casas tombadas no Centro Histórico de Goiás.....	<b>28</b>
<b>Figura 3</b> - Cruz do Anhanguera no Centro Histórico de Goiás.....	<b>28</b>
<b>Figura 4</b> - Vista da Igreja Nossa Senhora do Rosário na Cidade de Goiás.....	<b>29</b>
<b>Figura 5</b> - Localização Quilombo Alto Santana.....	<b>29</b>
<b>Figura 6</b> - Placa "Beco do Chupa Osso" na entrada do Quilombo Alto Santana.....	<b>30</b>
<b>Figura 7</b> - Painéis de Barro da Artesã 'Didi' do Quilombo Alto Santana.....	<b>32</b>
<b>Figura 8</b> - Memorial aos Judeus Mortos da Europa, Berlim.....	<b>37</b>
<b>Figura 9</b> - Torre de Observação, Parque Estadual Telma Ortegal.....	<b>37</b>
<b>Figura 10</b> - Mapa de uso e ocupação.....	<b>39</b>
<b>Figura 11</b> - Mapa Hierarquia Viária.....	<b>40</b>
<b>Figura 12</b> - Mapa Vegetação.....	<b>41</b>
<b>Figura 13</b> - Análise SWOT - Praça da Conceição como espaço memorial.....	<b>42</b>
<b>Figura 14</b> - Mapa esquemático.....	<b>43</b>
<b>Figura 15</b> - Visadas.....	<b>44</b>
<b>Figura 16</b> - Horizonte montanhoso.....	<b>45</b>
<b>Figura 17</b> - Lixeira na parte menor da Praça Conceição.....	<b>46</b>
<b>Figura 18</b> - Único banco na parte maior da Praça Conceição.....	<b>46</b>
<b>Figura 19</b> - Bancos na parte menor da Praça.....	<b>47</b>
<b>Figura 20</b> - Níveis de acesso na Praça.....	<b>47</b>
<b>Figura 21</b> - Níveis de acesso na Praça.....	<b>48</b>
<b>Figura 22</b> - Poste de iluminação centralizado na Praça.....	<b>48</b>
<b>Figura 23</b> - Canteiro na parte maior da Praça.....	<b>48</b>
<b>Figura 24</b> - Estudo de massas preliminar (programa de necessidades).....	<b>50</b>
<b>Figura 25</b> - Fotomontagem da Intervenção.....	<b>50</b>
<b>Figura 26</b> - Fotomontagem da intervenção Memorial Alto Santana.....	<b>51</b>
<b>Figura 27</b> - Visita ao Quilombo Alto Santana.....	<b>52</b>
<b>Figura 28</b> - Implantação.....	<b>54</b>
<b>Figura 29</b> - Planta Baixa.....	<b>54</b>
<b>Figura 30</b> - Áreas e Materialidade.....	<b>55</b>

<b>Figura 31</b> - Planta Baixa Técnica.....	<b>55</b>
<b>Figura 32</b> - Perspectiva Pergolado.....	<b>56</b>
<b>Figura 33</b> - Criação design Escultura/Logo/Poste de Iluminação do Memorial.....	<b>56</b>
<b>Figura 34</b> - Cortes.....	<b>57</b>
<b>Figura 35</b> - Fachadas.....	<b>57</b>
<b>Figura 36</b> - Totem Informativo.....	<b>58</b>
<b>Figura 37</b> - Sinalização.....	<b>59</b>
<b>Figura 38</b> - 3d Mural (Re)memorar.....	<b>60</b>
<b>Figura 39</b> - 3d Alturas pergolado e sanitários.....	<b>60</b>
<b>Figura 40</b> - 3d Memorial integrado a vizinhança.....	<b>61</b>

## LISTA DE tabelas

<b>Tabela 1</b> - População escravizada na Capitania de Goiás - Brasil (1735 - 1832).....	<b>25</b>
<b>Tabela 2</b> - População escravizada em Vila Boa (1736 - 1832).....	<b>26</b>
<b>Tabela 3</b> - População masculina e feminina escravizada em Goiás (1804 - 1885).....	<b>27</b>

# SU

## mário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	<b>13</b>
2.1 Objetivo Geral.....	14
2.1 Objetivos Específicos.....	14
<b>3. JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>14</b>
<b>4. MÉTODO</b> .....	<b>15</b>
<b>5. O QUILOMBO NO BRASIL COLONIAL E NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	<b>17</b>
<b>6. GOIÁS, PATRIMÔNIO E QUILOMBO</b> .....	<b>22</b>
6.1 Escravizados no Brasil Central.....	23
6.1.1 População escravizada em Goiás.....	25
6.2 Cidade de Goiás - Patrimônio e Quilombo.....	27
6.2.1 Comunidade quilombola - Alto Santana.....	29
6.2.2 Certificação - “remanescente dos quilombos”.....	30
<b>7. MEMORIAL ALTO SANTANA - ONDE A TERRA GUARDA MEMÓRIAS</b> .....	<b>36</b>
7.1 Importância de um espaço memorial.....	37
7.1.1 Por que um memorial para o quilombo Alto Santana?.....	38
7.2 Intervenção - análise do lugar.....	38
7.3 Intervenção - Conceito e Partido.....	49
7.4 Intervenção - Aprofundamento.....	52
<b>8. MEMORIAL ALTO SANTANA - PROJETO</b> .....	<b>53</b>
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>64</b>

# INTRO dução



Fonte: depositphotos,  
Acervo e edição da autora

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Os quilombos representam formas de organização social construídas por pessoas negras como resposta direta à escravidão, sendo reconhecidos tanto por seu valor histórico quanto por seu significado simbólico (Souza, 2008). No Brasil, os quilombos consolidaram-se como espaços de resistência e preservação cultural frente às violências impostas pelo sistema escravocrata. Diante das rupturas com as tradições africanas e das adversidades nos locais de recomeço, práticas religiosas, culturais e políticas foram ressignificadas nesses territórios, tornando-se fundamentais na reconstrução da identidade dos negros e de seus descendentes (Nascimento, 1985, p. 41).

A importância dessas comunidades foi reconhecida legalmente pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que estabelece os critérios para identificação, delimitação e titulação das terras por elas ocupadas. A terra, nesse contexto, assume papel central na preservação do modo de vida, na transmissão da memória coletiva e na afirmação cultural (Dias, 2022). Apesar disso, os quilombos continuam enfrentando desafios no processo de reconhecimento e regularização.

Entre essas comunidades, destaca-se o Quilombo Alto Santana, situado no município de Goiás, a alguns minutos do Centro Histórico. Com cerca de 700 moradores, sua área se estende por aproximadamente cinco quilômetros (Sá et al., 2023). A comunidade foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, por meio do processo administrativo nº 01420.008723/2017-25. Inserida em uma cidade reconhecida como Patrimônio Mundial, enfrenta contradições provocadas pelas dinâmicas de patrimonialização, que ao mesmo tempo em que valorizam o território em termos simbólicos, também podem fragilizar sua permanência, impactando negativamente os modos de vida, os vínculos com o espaço e os processos identitários — configurando, assim, formas sutis de desintegração cultural (Hoerhann, 2012).

Essa situação agrava-se pelo fato de a comunidade estar localizada em área urbana. Em contextos urbanos, grupos tradicionais enfrentam maiores riscos de enfraquecimento dos laços com o ter-

ritório ancestral, invisibilidade institucional, perda de autonomia e dificuldade de acesso a políticas públicas. A noção de “quilombo urbano” surge, nesse cenário, como um campo fértil de reflexão sobre os deslocamentos, permanências e transformações identitárias provocadas pela urbanização.

No caso do município de Goiás, a tensão entre herança e modernização é intensificada pelo turismo histórico e cultural — eixo central da economia local. As atividades turísticas concentram-se no Centro Histórico, direcionando os investimentos e a visibilidade para essa área, enquanto comunidades como o Quilombo Alto Santana permanecem à margem. Menezes (2011) observa que projetos urbanos voltados ao turismo e ao consumo frequentemente resultam na exclusão ou deslocamento de comunidades tradicionais, aprofundando desigualdades e apagamentos simbólicos.

Diante disso, a preservação da memória assume papel estratégico na resistência dessas comunidades. Em contextos nos quais a urbanização tende a apagar bens materiais e imateriais da presença negra, torna-se essencial projetar espaços que expressem identidade, memórias e lutas. Nesse sentido, os espaços memoriais ocupam posição central na construção de sentidos coletivos, funcionando como dispositivos de visibilidade, continuidade cultural e afirmação política.

Ao projetar ou interpretar um espaço vinculado à memória, é necessário compreender quem o habita, suas práticas cotidianas e a ancestralidade que o constitui. A arquitetura, quando voltada à rememoração de grupos historicamente marginalizados, ultrapassa sua dimensão técnica e passa a operar como linguagem capaz de comunicar resistência, dor, ancestralidade e permanência.

Neste trabalho, a criação de um memorial em homenagem ao Quilombo Alto Santana e a história negra da cidade configura-se como uma estratégia de resistência simbólica e espacial. Trata-se de propor um espaço capaz de expressar a trajetória de um povo historicamente silenciado, mas que segue presente e atuante, reafirmando sua identidade por meio da memória, da ocupação do território e da celebração de sua cultura.

# OBJETIVOS E justificativa



## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

## 2.

### 2.1 Objetivo Geral

Propor o projeto de um espaço memorial em homenagem aos negros escravizados e à comunidade quilombola Alto Santana, na cidade de Goiás (GO), valorizando a memória social como forma de resistência e preservação cultural.

### 2.1 Objetivos Específicos

Contextualizar o cenário atual da Cidade de Goiás e do Quilombo Alto Santana, considerando a origem negra da cidade, os efeitos do tombamento patrimonial e o apagamento da presença quilombola;

Investigar possibilidades de criação de um eixo turístico que inclua o Quilombo Alto Santana como ponto de valorização da memória negra;

Aplicar o projeto de espaço memorial na Praça da Conceição, por meio de ações de paisagismo, sinalização e escultura representativa.

## 3.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de valorizar comunidades tradicionais que resistem na contemporaneidade, preservando saberes, memórias e vínculos ancestrais. Marginalizados historicamente, esses grupos ainda enfrentam processos de invisibilização e desvalorização cultural, mesmo após décadas de resistência.

Na Cidade de Goiás — reconhecida como Patrimônio Mundial — o Quilombo Alto Santana permanece à margem das narrativas oficiais e dos fluxos turísticos que movimentam a economia local. Apesar de sua localização em área urbana, a comunidade enfrenta obstáculos relacionados à valorização simbólica e territorial.

Diante desse cenário, propõe-se a criação de um espaço memorial como instrumento de visibilidade, reparação simbólica e fortalecimento da identidade quilombola. Além de rememorar a trajetória de resistência negra na cidade, o memorial pode atuar como elo entre o patrimônio material reconhecido e o patrimônio imaterial historicamente silenciado, promovendo inclusão, reconhecimento e pertencimento.

# MÉTOdo



## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender o território quilombola por meio das vivências, percepções e valores culturais da comunidade. A metodologia articula teoria e prática, estruturando-se em dois eixos principais: o referencial do Design Gráfico para Ambientes e a investigação empírica no local de estudo.

Conforme Jorge (2022), quatro elementos norteiam o Design Gráfico para Ambientes: o ambiente físico, a informação transmitida, a identidade projetada e a experiência do usuário. Esses componentes, quando pensados de forma integrada, constituem ferramentas potentes na criação de espaços acessíveis, significativos e alinhados à coletividade.

**“O ambiente diz respeito aos aspectos arquitetônicos do edifício, a natureza da operação, seus usos e funções, escala e estruturas, configuração espacial e aspectos sensoriais de maneira geral; A informação trata das mensagens necessárias para que a comunicação se estabeleça, seus códigos, nomenclaturas e o tom desta comunicação; A identidade traz aspectos gráfico-visuais, como a marca, valores e posicionamento, linguagem gráfica, comunicação e suas demais aplicações; e o usuário, que é uma variável quantitativa e qualitativa, suas características, particularidades, expectativas e necessidades”. (Jorge, 2022, p.82)**

A partir desse referencial, foram realizadas visitas *in loco* à Praça Conceição, próxima ao Quilombo Alto Santana. Nessas visitas, foram coletados registros fotográficos, feitas observações diretas e estabelecidos diálogos informais com moradores para compreender o uso e significado do espaço pela comunidade. Além disso, realizou-se um levantamento físico e espacial do local, contemplando configuração, infraestrutura, acessos e relação com o entorno urbano. Esses dados subsidiaram a análise das potencialidades da área, a definição de diretrizes projetuais e a elaboração do do projeto arquitetônico.

O QUILOMBO  
NO BRASIL  
COLONIAL  
**e na**  
**contemporaneidade**



## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

**D**e acordo com o Censo Demográfico de 2022 — considerado um marco histórico por incluir, pela primeira vez, a população quilombola como grupo étnico específico nas estatísticas oficiais — o Brasil registra 1.330.186 pessoas quilombolas, distribuídas em 1.700 municípios, 24 unidades federativas e no Distrito Federal. Apesar desse avanço, o reconhecimento dessas comunidades nem sempre esteve contemplado nas políticas públicas. Para compreender a condição atual da população quilombola, é imprescindível considerar o percurso histórico da população negra no país, desde a chegada forçada de africanos até o presente. A abolição da escravidão, em 1888, não representou o fim das práticas de exclusão e marginalização, sobretudo no que se refere ao acesso a direitos, o que justifica a permanência da luta quilombola em diversas regiões do território nacional (Souza, 2008).

Segundo a antropóloga Bárbara Souza (2008), aproximadamente 15 milhões de africanos foram trazidos às Américas pelo sistema escravocrata, sendo cerca de 40% destinados ao Brasil. Com o início do tráfico negreiro em 1554, o país manteve essa prática por 316 anos, consolidando-se como o principal destino de africanos escravizados no continente. Esse longo período de exploração contribuiu para que o Brasil se tornasse o último país das Américas a abolir legalmente a escravidão.

No contexto colonial, a utilização da mão de obra escrava era amplamente aceita na Europa, constituindo um dos pilares da sustentação econômica capitalista. Nesse cenário, a atuação portuguesa se concentrou especialmente na região de Angola, motivada por interesses comerciais. Em diversas sociedades africanas, prisioneiros de guerra eram escravizados e, por não serem mantidos como trabalhadores cativos, eram vendidos a traficantes ou trocados por mercadorias europeias (Funari, 2000). Além disso, recorria-se frequentemente a guerras diretas para a captura de escravizados. Em todas essas práticas, a violência exercida sobre essas pessoas foi a principal estratégia para mantê-las sob controle.

A origem do termo ‘quilombo’ remonta às línguas quimbundo e umbundo, faladas pelos povos ban-

tos de Angola, derivando das palavras “kilombo” e “ochilombo”. No contexto brasileiro, a primeira referência oficial portuguesa ao quilombo data de 1559, sendo mencionada novamente no Regimento dos Capitães-do-Mato, elaborado por Dom Lourenço de Almeida em 1722 (Souza, 2008). Somente em 2 de dezembro de 1740, em correspondência entre o rei de Portugal e o Conselho Ultramarino, diante do crescimento das comunidades negras livres fora do controle colonial após conflitos importantes no Nordeste, quilombos ou mocambos foram definidos como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em partes despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles” (Nascimento, 1985).

Apesar das dificuldades em estabelecer vínculos diretos entre os quilombos formados no Brasil e suas possíveis raízes étnicas e territoriais em Angola, a historiografia aponta paralelos relevantes com o quilombo angolano. Elementos como datas, formas de enfrentamento, uso de adornos e sistemas de liderança indicam uma base comum nas estruturas organizativas dessas comunidades, sobretudo nas práticas de resistência (Nascimento, 1985, p. 43). Essa resistência, manifestada em diversas estratégias de sobrevivência, garantiu a preservação da vida diante da extrema violência da escravidão, bem como a continuidade de valores, memórias, culturas e histórias. Em oposição à brutalidade do sistema escravocrata e à extensão desse projeto no período colonial e neocolonial, a resistência configurou-se como forma de enfrentamento à negação sistemática dos direitos da população negra, presente até os dias atuais (Souza, 2008).

No âmbito legislativo, durante os períodos colonial e imperial, uma vasta legislação foi criada para reprimir fugas e revoltas de pessoas escravizadas, revelando a violência intrínseca ao sistema escravocrata (Souza, 2008). No Código de Processo Penal de 1835, por exemplo, o termo “quilombo” era utilizado com o mesmo significado de envolvimento em revoltas, o que frequentemente resultava na aplicação da pena de morte por degola (Nascimento, 1985). Essa severa repressão expressava a preocupação da Coroa diante das fugas e

da formação de comunidades que escapavam ao seu controle. Para garantir a manutenção da ordem escravista, foram mobilizados agentes essenciais à implementação dessa política: os bandeirantes. Esses exploradores percorriam longas distâncias em busca de pessoas escravizadas fugitivas, atuando como instrumentos de contenção da resistência (Funari, 2000).

A inexistência de um tratado de paz equitativo entre os quilombos e os poderes coloniais e imperiais evidencia o caráter implacável do sistema escravista, tendo no Quilombo dos Palmares um de seus episódios mais emblemáticos. Durante o período de dominação holandesa, Palmares foi alvo de dezoito expedições militares, refletindo o temor e a hostilidade que sua resistência despertava. Reconhecido como o maior e mais duradouro quilombo do Brasil, Palmares teve seu núcleo central, Macaco, destruído em 1694. A vitória das tropas coloniais foi celebrada com seis dias de festa em Recife (Péret, 2002), enquanto os números da ofensiva revelam a brutalidade da repressão: duzentos quilombolas mortos, outros duzentos optaram por se lançar de precipícios e cerca de quinhentos foram capturados e vendidos como escravizados (Funari, 2000). No ano seguinte, com a captura e execução de Zumbi, que liderava a resistência após o ataque a Macaco, sua cabeça foi exposta em praça pública, numa tentativa simbólica de reafirmar a autoridade do regime escravocrata e dissuadir novas insurreições (Souza, 2008).

Apesar da repressão sistemática, a resistência negra persistiu e se consolidou de forma estratégica. Em diferentes regiões do Brasil, pessoas negras formaram comunidades autônomas, adaptando suas práticas de sobrevivência às especificidades de cada território. A atividade agrícola figura com destaque nos registros históricos dessas comunidades, muitas vezes compostas por uma diversidade étnica que incluía indígenas e, em certos casos, também brancos (Souza, 2008). No entanto, mais do que garantir a subsistência, a posse de um pedaço de terra por esses grupos representava uma afronta direta à ordem colonial e à lógica fundiária vigente. Ao ocuparem e cultivarem terras de forma coletiva e autônoma, os quilombolas desafiavam

a estrutura de propriedade concentrada nas mãos da elite e desestabilizavam o regime legal que os excluía do direito à posse.

Segundo Souza (2008), foi a partir da relação com a terra que comunidades negras — compostas por escravizados e quilombolas — constituíram um campesinato próprio, marcado por práticas e tradições específicas. Esse processo, no entanto, foi profundamente impactado pela promulgação da Lei de Terras de 1850, que, em seu artigo 1º, estabelecia: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por título que não seja o da compra”. A exigência de compra ignorava as formas legítimas de acesso à terra adotadas por essas comunidades, como a ocupação e a doação, e favorecia a regularização fundiária em benefício de setores interessados na concentração de terras. Como consequência, a legislação abriu caminho para a apropriação indevida de territórios historicamente ocupados por populações negras, reforçando práticas excludentes por parte de latifundiários e especuladores. O que antes representava um meio de reconstrução coletiva e autonomia foi convertido, mais uma vez, em instrumento de exclusão.

A promulgação da Lei de Terras, em 1850, não se deu de forma isolada. Ela articulava-se a outros interesses políticos e econômicos da época, entre eles, o reforço da autoridade estatal diante da recente proibição do tráfico transatlântico de africanos, estabelecida em 4 de setembro do mesmo ano pela Lei Eusébio de Queirós, após intensa pressão diplomática britânica. Nesse contexto, a concepção de terra como bem coletivo — como ocorre nas territorialidades quilombolas — confrontava diretamente o paradigma da propriedade privada, alçado à condição de única via legítima de acesso e uso da terra (Souza, 2008).

Conforme analisa Martins (2000), a Lei de Terras operou como engrenagem indispensável ao processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Em suas palavras:

**“O ambiente diz respeito aos aspectos arquitetônicos do edifício, a natureza da operação, seus usos e funções, escala e estruturas, configuração espacial e aspectos sensoriais de maneira geral; A informação**

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

trata das mensagens necessárias para que a comunicação se estabeleça, seus códigos, nomenclaturas e o tom desta comunicação; A identidade traz aspectos gráfico-visuais, como a marca, valores e posicionamento, linguagem gráfica, comunicação e suas demais aplicações; e o usuário, que é uma variável quantitativa e qualitativa, suas características, particularidades, expectativas e necessidades". (Jorge, 2022, p.82)

A Lei Áurea nº 3.353, promulgada em 13 de maio de 1888, declarou formalmente a abolição da escravidão no Brasil. No entanto, esse marco legal não foi acompanhado de políticas de reconhecimento ou inclusão social para a população negra. As comunidades quilombolas, já historicamente invisibilizadas, passaram a ser ainda mais ignoradas sob a falsa premissa de que a abolição resolveria todas as questões relacionadas à escravidão.

De acordo com Leite (2000), no período pós-abolição, os negros foram desqualificados socialmente, e os territórios que passaram a ocupar foram negligenciados pelo poder público. Como observa Nascimento (1985), entre 1888 e 1970, com poucas exceções, a população negra brasileira não teve oportunidades efetivas de participação na luta por reconhecimento social, e isso só começou a mudar, do ponto de vista legal, com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 68 que dispõe "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos", reconhecendo o uso da terra para além da lógica privativa.

Passou-se um século entre a abolição e a inclusão do artigo 68 na Constituição Federal. Sua inserção na Assembleia Constituinte resultou de intensas mobilizações e processos organizativos conduzidos pelo movimento quilombola e pelo movimento negro urbano, ainda que enfrentando resistência. A promulgação do artigo impulsionou debates sobre a definição dos remanescentes de quilombos e os critérios para a titulação de seus territórios, especialmente após a Marcha Zumbi dos Palmares e o I Encontro Nacional de Comunidades Quilombolas, em 1995 (Souza, 2008).

A dificuldade dos órgãos oficiais em reconhecer os diferentes usos e lógicas territoriais evidenciou a necessidade de incorporá-los à legislação. Conforme Almeida (2002), o Cadastro de Glebas realizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 1985, expôs essas limitações ao adotar a categoria genérica "ocupações especiais" para terras sem propriedade individual, sem diferenciar territórios indígenas e quilombolas. Esse cenário indicou a urgência de revisar os métodos de identificação fundiária.

Em 1995, o INCRA passou a atuar nos processos de titulação de terras quilombolas, sobretudo em áreas públicas, em resposta à crescente demanda por regularização, especialmente da Comissão Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ). Essa atuação contou com o apoio dos Institutos de Terras Estaduais, do Ministério Público e da Fundação Cultural Palmares (FCP) — vinculada ao Ministério da Cultura e responsável pela valorização da cultura afro-brasileira.

Naquele momento, ainda não havia um procedimento padronizado para a regularização fundiária. Um avanço significativo ocorreu apenas em 1999, com a transferência oficial da responsabilidade pela titulação à Fundação Cultural Palmares. Contudo, foi somente em 2003 que esse processo ganhou maior robustez, com a promulgação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro, que instituiu diretrizes mais claras para a regularização das terras quilombolas:

**"Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida". (BRASIL, 2003)**

A titulação de terras quilombolas ocorre por meio de etapas específicas. Inicialmente, a comunidade realiza sua autodeclaração como remanescente de quilombo, que é formalizada por meio da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, documento emitido pela Fundação Cultural Palmares.

Com essa certificação em mãos, a comunidade tem a possibilidade de requerer ao INCRA o início do processo de regularização fundiária (Agência Gov Brasil, 2024).

Posteriormente, cabe ao INCRA a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Esse relatório contempla pesquisas antropológicas, cartográficas, fundiárias e socioeconômicas, com o objetivo de definir os limites territoriais da comunidade quilombola. Após a publicação do RTID, é aberto um prazo para possíveis contestações. Na ausência de impugnações, ou após a sua resolução, o INCRA formaliza o reconhecimento da área por meio de portaria. A etapa final consiste na emissão do título coletivo, assegurando à comunidade a posse definitiva do território (Agência Gov Brasil, 2024)

Esse conjunto de etapas institucionais, contudo, não pode ser desvinculado da longa e contínua resistência das populações negras no Brasil, que seguem enfrentando múltiplas formas de exclusão. Desde o período colonial, a trajetória dos africanos escravizados e de seus descendentes foi marcada por lutas constantes contra a opressão, em um processo histórico atravessado por racismo estrutural, negação de direitos e exclusões sociais persistentes — especialmente no que diz respeito ao acesso à terra.

A reivindicação central do movimento quilombola, a titulação dos territórios, revela a importância do território na consolidação da identidade coletiva, pois é a partir dele que se afirmam ancestralidade, memória e continuidade cultural. Ainda que o marco legal do Decreto nº 4.887/2003 represente um avanço significativo no reconhecimento dos direitos quilombolas, a efetivação dessas garantias esbarra em entraves como a lentidão dos processos administrativos, os conflitos fundiários, as pressões de interesses privados e a ausência de políticas públicas eficazes.

Dessa forma, a luta pelo território ultrapassa a dimensão fundiária e afirma-se como uma reivindicação pelo direito de existir como povo — com história, cultura e pertencimento próprios — em

um país onde a desigualdade racial permanece como um traço estrutural.

# GOIÁS, PATRIMÔNIO **e quilombo**



Fonte: depositphotos,  
Acervo e edição da autora

## 6.1 Escravizados no Brasil Central

Para compreender o enfoque deste trabalho, torna-se necessário resgatar o percurso histórico dos quilombos no estado de Goiás, com ênfase na cidade de Goiás, onde se localiza o objeto de estudo. Para esse fim, utiliza-se como referência a dissertação de mestrado *Quilombos do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719-1888)*, de Martiniano José da Silva (1998). O trabalho parte do reconhecimento de que a historiografia goiana conferiu pouca atenção às pesquisas sobre a escravidão, restringindo a presença dos africanos escravizados às narrativas vinculadas a eventos considerados relevantes para a história da civilização ocidental (Nascimento, 1985).

Entre 1722 e 1725, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva chegou à região e fundou o arraial de Santana, mais tarde conhecido como Vila Boa e, atualmente, cidade de Goiás (que foi capital do estado até 1937). Junto com sua expedição, foi introduzida a atividade mineradora, sustentada pelo trabalho escravo. A partir disso, iniciou-se um processo de povoamento marcado pela desordem e pela transitoriedade. Aos poucos, formaram-se núcleos urbanos ao longo do Rio Vermelho, organizados de maneira precária e instável. Nesse cenário, a figura do escravizado tornou-se central no cotidiano da cidade, como indicam os registros históricos da época (Pádua, 1943).

É relevante destacar que os negros escravizados em Goiás não chegavam diretamente dos navios negreiros, mas eram encaminhados à colônia após passarem (trabalhando) por outras regiões do território brasileiro (Brandão, 1977). Segundo Silva (1998), no início do povoamento, esses indivíduos foram trazidos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Piauí. A partir de 1755, os fluxos passaram a incluir também Maranhão e Pará. Conforme o antropólogo Arthur Ramos (s.d., *apud* Silva, 1998, p. 72), Minas Gerais desempenhou o papel central na redistribuição de escravizados para as áreas mineradoras de Mato Grosso e Goiás. Esse ciclo da mineração ficou conhecido entre os brancos como “o tempo do ouro”

e, entre os negros, como o “tempo do cativoiro” (Brandão, 1977).

Os escravizados chegaram à região de Goiás, em sua maioria, a pé. No início, acompanharam as bandeiras de penetração, expedições voltadas à exploração do interior e à captura de indígenas ou busca por metais preciosos. Com o tempo, os deslocamentos passaram a ocorrer pelas trilhas utilizadas para o transporte de mercadorias, conhecidas como rotas de tropas (Silva, 1998, p. 77). Esses caminhos ligavam regiões produtoras e distribuidoras, e permitiram a circulação de pessoas e mercadorias pelo interior do Brasil.

Dentro do sistema legal, os escravizados eram tratados como propriedade, reduzidos à condição de “coisa”. Paradoxalmente, porém, também eram responsabilizados penalmente como sujeitos. Nesse contexto, o crime — especialmente a fuga — representava o primeiro “ato humano” reconhecido ao escravizado (Silva, 1998). As punições aplicadas eram marcadas por extrema brutalidade e dirigidas àqueles que, embora desumanizados, sustentavam a produção de riqueza no período colonial.

Um exemplo emblemático ocorreu por volta de 1739, quando o governador da Capitania de São Paulo, dom Luiz de Mascarenhas, ordenou a instalação do pelourinho em Vila Boa de Goiás. Este, uma coluna de pedra erguida em praça pública, simbolizava o poder judicial e servia à aplicação de castigos físicos, expressando a chamada “justiça do suplício” (Silva, 1998).

Como já abordado, em 1740 a Coroa Portuguesa passou a definir oficialmente o que seria considerado um “quilombo”, resposta direta à resistência dos negros escravizados diante das condições extremas de trabalho nas minas, onde eram submetidos a castigos cruéis e desumanos. Para conter as fugas, foi emitido o alvará de 3 de março de 1741, redigido pelo próprio rei, estabelecendo punições severas, como a marcação a ferro em brasa com a letra “F”, além de mutilações e outras formas de

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

tortura (Silva, 1998). Conforme descrito no texto original:

“(…) Se lhes ponha uma marca em uma espádua com a letra F – que para este efeito haverá nas câmaras, e se quando se for executar esta pena for achado já com a mesma marca se lhe cortará uma orelha” (Revista Histórica O Policial, Cuiabá, ano 1, n. 2, maio de 1980, apud SILVA, 1998).

Essa violência já acontecia na fase do primeiro governador da Capitania de Goiás (1750), Dom Marcos de Noronha, e se intensificou entre 1760 e 1770, sob a administração de Dom João Manoel de Mello, que não apenas ampliou os maus-tratos e a repressão policial contra os escravizados, como também dirigiu essas ações aos indígenas que ofereciam acolhimento aos fugitivos. Nesse período, foi instalada a forca em Vila Boa de Goiás, utilizada regularmente, com execuções realizadas a cada dois meses, como instrumento de controle e intimidação (Silva, 1974, apud Silva, 1998, p. 36).

Além de toda a repressão institucional, segundo o historiador Luis Palacin, o tratamento desumano imposto aos escravizados nas atividades de mineração foi responsável pela redução significativa de sua expectativa de vida. Nesse contexto, os cativos constituíram o grupo mais afetado ao longo de quase um século, entre 1719 e 1822:

“(…) Com os pés metidos na água fria, durante horas e horas, dobrados sobre a cintura enquanto o sol caía implacável sobre suas costas, os escravos sustentam-se no trabalho a poder de largos goles de cachaça. Daí se seguiam as gripes, pneumonia, pleurites, desvios de espinha e outras enfermidades próprias do garimpo. Quando o trabalho era nos túneis abertos na montanha, além dos desmoronamentos, tão frequentes em obras feitas às pressas sem nenhum cálculo técnico, que endividavam os mineiros pela mortalidade dos escravos, a falta de ventilação acelerava o processo de envenenamento e a petrificação dos pulmões em virtude da silicose”. (Luis Palacin, 1994, p.30)

Diante da violência sistemática a que eram submetidos, os negros escravizados viam-se diante de alternativas extremas: fugir, morrer ou reagir com violência. Essas formas de resistência desestabili-

zavam a ordem social imposta pelos brancos, sustentada na ilusão de um controle absoluto. Como reflexo desse cenário, era comum encontrar nos jornais da época anúncios de senhores em busca de fugitivos, acompanhados de descrições minuciosas que permitissem sua identificação. Tais descrições evidenciavam os traços da brutalidade sofrida: a marca “F”, de “fugido”, pés decepados, dedos mutilados, cegueira, ferimentos no nariz ou na boca, entre outros. Um exemplo pode ser encontrado no *Matutina Meiapontense*, primeiro jornal goiano, que veiculava esse tipo de anúncio (Silva, 1998).

Ademais, a legitimação da reação violenta dos brancos contra os escravizados perpetuou a extrema violência sofrida por aqueles que permaneciam em cativeiro, tanto por parte dos senhores quanto de seus próprios familiares. Entre os diversos relatos documentados por Silva e Souza (1967, apud Silva, 1998), destaca-se o caso de uma mulher paulista que, suspeitando que o filho pequeno de uma escravizada fosse fruto de uma relação extraconjugal de seu marido, assassinou a criança, assou o corpo e o serviu ao esposo durante uma refeição.

Diante dessas condições brutais, a formação de quilombos tornou-se uma resposta inevitável ao cativeiro. Inicialmente, a resistência manifestou-se de forma individual, por meio do desejo de liberdade expresso nas fugas. Posteriormente, esse movimento assumiu um caráter coletivo, com a organização dos agrupamentos quilombolas. Nesse sentido, a história dos quilombos na Capitania e na Província Imperial de Goiás requer o cruzamento de fontes variadas e o emprego de abordagens interdisciplinares para sua compreensão aprofundada (Silva, 1998).

Segundo Silva (1998), a identificação e a quantificação dos quilombos são tarefas complexas, dificultadas pela dispersão geográfica e pela diversidade de suas formas de organização. No entanto, ao longo do século XVIII — especialmente entre as décadas de 1750 e 1760 — as comunidades mineradoras de Goiás foram fortemente impactadas por essas expressões de resistência. Com

fronteiras amplas e de difícil vigilância, o território goiano configurou-se como um ambiente favorável à formação de quilombos.

Diante da opressão do cativo, os escravizados viam na fuga e no abrigo nesses agrupamentos uma possibilidade concreta de reconstrução da vida. Nessas comunidades, preservavam práticas culturais africanas e retomavam atividades como a mineração, agora exercida de forma autônoma e clandestina. O ouro extraído era possivelmente trocado por itens como cachaça e tecidos, o que indica a existência de redes de intercâmbio e subsistência estruturadas por essas populações (Karasch, 1996, *apud* Silva, 1998).

Entre os quilombos identificados por meio da correspondência de Dom Marcos de Noronha, primeiro governador da Capitania de Goiás, destacam-se os de Três Barras, localizado em Vila Boa (atual cidade de Goiás), e o do Morro do São Gonçalo, também situado nas proximidades da antiga capital. Segundo os relatos:

“Quilombo do arraial de Três Barras, em Vila Boa, com sessenta negros que insultavam e provocavam a morte de viajantes, tendo como mecanismo o banditismo, que causou grande temor ao governo de Dom Marcos de Noronha.” (Gilka, *apud* Silva, 1998)

“Quilombos próximos da capital, Vila Boa, como os do Morro do São Gonçalo, onde ‘várias cabanas de quilombolas’ atacavam fazendas vizinhas, roubavam animais e roças.” (Palacin, *apud* Silva, 1998)

Nesse contexto, o historiador Luiz Palacin ressalta que praticamente não havia arraial na região sem a presença — ou ao menos a ameaça — de quilombos, evidenciando a amplitude e persistência dessas formas de resistência no território goiano.

### 6.1.1 População escravizada em Goiás

Segundo o historiador Zoroastro Artiaga (1959, *apud* Silva, 1998, p. 78), o primeiro comboio negro formal chegou a Goiás em 7 de setembro de 1752, trazendo escravizados destinados ao

serviço doméstico e ao manejo de ferramentas. Os registros indicam que a chegada de comboios com esse destino era incomum, ocorrendo apenas mediante encomendas particulares, sem abertura para venda em mercados locais. A chegada desse grupo causou tanto impacto que a cidade foi ornamentada para recebê-los, revelando o ineditismo atribuído à ocasião. A recepção festiva evidencia, por fim, a objetificação dos corpos negros e a transformação do sofrimento alheio em espetáculo público.

As estimativas sobre o número de negros escravizados em Goiás no século XVIII variam significativamente conforme apontam diferentes historiadores e antropólogos. O primeiro dado numérico mais consistente remonta à cobrança da capitação em 1736, quando, segundo o historiador Luís Palacin, foram registrados 10.265 escravizados no território. Posteriormente, o recenseamento geral da Capitania, realizado em 1804, indicou que os negros em cativeiro representavam 41% da população, totalizando cerca de 20.650 pessoas (Souza; Silva, 1967, *apud* Silva, 1998). Complementando essa análise, a historiadora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles traça um panorama da população escravizada entre 1735 e 1832 (Tabela 1), o que contribui para compreender a evolução demográfica do cativeiro na região.

Tabela 1 - População escravizada na Capitania de Goiás - Brasil (1735 - 1832)

Ano	Quantidade
1735	10.000
1736	10.263
1737	13.151
1738	12.498
1741	15.321
1742	15.628
1748	12.459
1749	17.154
1750	14.437

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

1783	17.613
1804	19.834
1808	19.185
1824	13.375
1832	12.348

Fonte - Salles, Gilka V.F. de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás, Goiânia. CEGRAF/UFG. 1992, p. 276

Na antiga Vila Boa, atual cidade de Goiás, a população negra escravizada variava entre 2 mil e quase 5 mil indivíduos conforme a Tabela 2:

Tabela 2 - População escravizada em Vila Boa (1736 - 1832)

Ano	Quantidade
1736	-
1737	-
1738	-
1740	2.378
1741	4.252
1742	4.461
1748	4.836
1749	4.720
1783	4.689
1804	4.162
1808	4.432
1824	-
1832	3.023

Fonte - Salles, Gilka V.F. de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás, Goiânia, CEGRAF/UFG - 1992, p. 275.

A ausência de registros oficiais dificulta a obtenção de dados precisos sobre a população escravizada, especialmente quanto à distinção entre homens e mulheres. Nesse contexto, observa-se que os homens viviam sob celibato forçado. Essa condição, associada à presença reduzida de mulheres, resultava em esterilidade e contribuía para o declínio da população negra. Além disso, Cassiano Ricardo, na obra *Marcha para o Oeste* (1970), aponta que a combinação entre escassez de mulheres e maus-tratos intensificava a mortalidade sem uma descendência. Como exemplo, o autor relata que, no intervalo de um ano, 100 escravizados morreram, o que não acontecia com os agricultores:

“Povoada a província de Goiás por aventureiros, que não pretendiam formar estabelecimentos permanentes, e sempre tinham em vista regressar o mais cedo possível às suas terras, seguiram o inalterável costume de comprarem, para os seus rigorosos trabalhos, escravos pretos homens, e quase nunca mulheres. Os escravos assim desacompanhados, eram forçosamente celibatários, e, por conseguinte, estéreis. O peso do serviço, o mau tratamento e sustentação, a falta de curativo, levava estes desgraçados prontamente à sepultura sem deixarem reproduzida a sua espécie. Aconteceu muitas vezes morrerem, no espaço de um ano, 100 escravos e alguns mineiros, coisa nunca sucedida aos agricultores”. (Ricardo, 1970)

Mary Karasch, professora cujo campo de atuação é a história latino-americana, consegue trazer essa distinção entre escravizados homens e mulheres a partir do século XIX, do período de 1804 a 1885 conforme Tabela 4, uma interessante contribuição que ajuda a preencher uma lacuna da carente história demográfica de Goiás e do próprio Brasil Central (Silva, 1998):

Tabela 3 - População masculina e feminina escravizada em Goiás (1804 - 1885)

Ano	População Total	População escrava - Masculino	População escrava - Feminina	Total população escravizados
1804	50.365	12.094	7.933	20.027
1825	62.478	7.329	6.046	13.375
1832	68.497	7.220	6.041	13.261
1848	79.339	5.681	5.275	10.956
1856	121.992	6.416	5.918	12.334
1861	133.565	5.787	5.661	11.448
1872	158.920	5.337	5.211	10.548
1885 (1)		2.857	2.961	5.818

Fonte: Karasch (1966, apud Silva, 1998, p.89) (1) A população escravizada foi contada somente até 1885

Os dados disponíveis chamam atenção para a proximidade entre a última contagem da população escravizada, realizada em 1885, e a abolição formal da escravidão, ocorrida apenas três anos depois, em 1888. Mesmo nesse período final, ainda foram registrados cerca de cinco mil escravizados em Goiás. Tais registros demonstram que a população negra representava uma parcela significativa da sociedade goiana no século XIX. Isso também teve impacto na fase final da campanha abolicionista, onde a resistência dos escravos em Goiás teve papel decisivo no enfraquecimento do sistema escravista (Silva, 1998).

## 6.2 Cidade de Goiás - Patrimônio e Quilombo

Após a promulgação da Lei de Terras, em 1850, e da abolição formal da escravidão, em 1888, a sociedade passou a tratar a população negra como um problema dissoluto. Com a impossibilidade legal de escravizar seus corpos, impôs-se a escravidão do território, por meio de processos de segregação forçada que levaram muitas famílias e comunidades negras a se deslocarem. O quilombo, assim como qualquer elemento associado à memória da violência contra os negros trazidos ao

Brasil, passou a ser ignorado e estigmatizado. Essa marginalização afetou diretamente os modos de vida das populações negras, marcados pela herança do sofrimento e do trabalho árduo em troca da simples sobrevivência.

A resistência, contudo, jamais cessou. Mesmo durante o século em que o sistema escravista estruturou a cidade de Goiás, a ancestralidade negra seguiu presente por meio das danças, saberes e tradições. Muitas dessas expressões foram incorporadas, ainda que de forma disfarçada, à cultura branca dominante, além de se manifestarem no trabalho que ergueu e consolidou a cidade de pedra (Teles, 1964).

Enquanto a população negra seguiu – e ainda segue – em luta por seus direitos, muitas vezes forçada a adaptar sua existência às exigências das elites, a cidade de Goiás passou por transformações significativas. Dois marcos alteraram profundamente sua dinâmica: a transferência da capital para Goiânia, em 1942, e o reconhecimento como Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 2001 (antes disso, em 1978, o Iphan já havia tombado o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, reconhecendo oficialmente sua importância histórica). Este último continua a influenciar diretamente

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

a vida urbana e a trajetória da população negra no território.

Figura 1 - Localização Município de Goiás



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A cidade de Goiás preserva mais de 90% de sua arquitetura barroco-colonial original, o que evidencia a importância de seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Mundial. Essa valorização reforça não apenas sua relevância histórica e arquitetônica, mas também o papel central de sua cultura na formação do território goiano. A diversidade das expressões culturais locais inclui técnicas construtivas, culinária, poesia, música e festas populares (Iphan). Entre essas manifestações, destaca-se a Procissão do Fogaréu, Afoxé Pilão de Prata, Festa do Divino Espírito Santo, Congada, eventos culturais como o FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental), Cavalhadas e as festividades de Carnaval.

Com o passar dos anos, a antiga cidade passou a atrair cada vez mais atenção, promovendo eventos e recebendo turistas, o que contribuiu para sua crescente visibilidade. No entanto, esse processo de valorização não se estendeu à população negra remanescente dos escravizados, que permaneceu à margem. É nesse contexto que se insere a discussão sobre o Quilombo Alto Santana.

Figura 2 - Conjunto de casas tombadas no Centro Histórico de Goiás



Figura 3 - Cruz do Anhanguera no Centro Histórico de Goiás



Fonte: Acervo da autora (2022)

Figura 4 - Vista da Igreja Nossa Senhora do Rosário na Cidade de Goiás



Fonte: Acervo da autora (2022)

Com o passar dos anos, a antiga cidade passou a atrair cada vez mais atenção, promovendo eventos e recebendo turistas, o que contribuiu para sua crescente visibilidade. No entanto, esse processo de valorização não se estendeu o população negra remanescente dos escravizados, que permaneceu o margem. o nesse contexto que se insere a discussão sobre o Quilombo Alto Santana.

### 6.2.1 Comunidade quilombola - Alto Santana

Com o passar dos anos, a antiga cidade passou a atrair cada vez mais atenção, promovendo eventos e recebendo turistas, o que contribuiu para sua crescente visibilidade. No entanto, esse processo de valorização não se estendeu o população negra remanescente dos escravizados, que permaneceu o margem. o nesse contexto que se insere a discussão sobre o Quilombo Alto Santana.

A comunidade quilombola Alto Santana localiza-se aos ps do Morro das Lajes, nas proximidades da Igreja Santa Bárbara. No entanto, a escassez de

registros históricos sobre a população negra na região dificulta a reconstrução de uma linha cronológica precisa sobre sua ocupação no território. Ainda assim, de acordo com Oliveira (2014), o possivel identificar sinais da segregação racial já presente até mesmo nas instituições religiosas. Um exemplo disso o a Capela de Sant'Ana, destinada exclusivamente o população branca, enquanto os negros eram direcionados o Igreja do Rosário. Outro exemplo seria quanto o áreas públicas da época, que eram limitrofes aos equipamentos institucionais, marcando a região central como a mais nobre da cidade, tornando-se elementos determinantes na definição e na delimitação da ocupação privada na região.

Acredita-se que a região, onde hoje se localiza a comunidade, passou a ser ocupada em maior número em 1907 por pessoas oriundas do norte da Bahia e de fazendas próximas ao entorno de Goiás (Medeiros, 2024) por ser o "fim" da cidade. A formação da comunidade também foi impulsionada pela expulsão de populações negras de seus territórios de origem, em função de interesses governamentais. Segundo o Relatório Antropológico e Histórico da Comunidade Alto Santana (Fundaao Cultural Palmares,), essas populações viviam em áreas próximas ao Largo da Carioca, posteriormente reivindicadas pelo Estado. Como consequência, houve o deslocamento desses grupos para regiões mais afastadas do centro urbano, em busca de terras públicas, mas ainda próximas ao Rio Vermelho, devido o disponibilidade de gua. Com o tempo, mais pessoas e famílias ocuparam o território, consolidando a formação da comunidade.

Figura 5 - Localização Quilombo Alto Santana



Fonte: Google Earth com edição da autora (2025)

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Atualmente denominada Alto Santana, a comunidade ainda reflete estigmas resultantes do racismo estrutural. Um exemplo é a manutenção da denominação “Beco do Chupa Osso” em uma das principais vias de acesso ao quilombo, apesar da conotação depreciativa do termo. A expressão remete à prática de recolhimento de ossos em um antigo matadouro, situado onde hoje está a praça de eventos. Nesse local, moradores buscavam ossos contendo restos de carne, ligamentos e cartilagens para complementar a alimentação (Relatório, 2017, n.p.).

Figura 6 - Placa “Beco do Chupa Osso” na entrada do Quilombo Alto Santana



Fonte: Acervo da autora (2022)

Apesar da herança patriarcal que historicamente estruturou as relações sociais, institucionais e os mecanismos formais de acesso à terra, a comunidade quilombola mantém formas de organização sustentadas por uma tradição matriarcal, na qual as mulheres ocupam papel central na preservação da memória, na coesão social e na defesa do território. Essa configuração tensiona a lógica patriarcal dominante, uma vez que o direito ao território não se limita à dimensão jurídica, mas se afirma como expressão de pertencimento, autonomia e conti-

nuidade cultural. Assim, a luta pela regularização fundiária configura-se como estratégia de resistência coletiva, na qual o território é reconhecido como espaço de reprodução social, identidade e afirmação histórica da comunidade.

### 6.2.2 Certificação - “remanescente dos quilombos”

A compreensão dos instrumentos legais voltados à reparação das desigualdades históricas exige a análise do processo de titulação de terras quilombolas. Esse processo tem início com a auto-declaração da comunidade como remanescente de quilombo, formalizada pela Fundação Cultural Palmares (FCP). A partir dessa certificação, torna-se possível solicitar ao INCRA a regularização fundiária. Essa etapa inclui a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), com estudos antropológicos, cartográficos, fundiários e socioeconômicos. Após a publicação do RTID e o prazo para eventuais contestações, a área é reconhecida por meio de portaria, e o título coletivo de posse definitiva é emitido (Agência Gov Brasil, 2024). Segundo o Censo Demográfico de 2022, o estado de Goiás possui 30.391 pessoas quilombolas, mas nem todas têm a titulação de suas terras.

A comunidade Alto Santana, objeto deste estudo, foi reconhecida como “remanescente dos quilombos” pela Fundação Cultural Palmares, por meio da Portaria nº 281, de 24 de outubro de 2017. Embora esse reconhecimento represente um avanço significativo na busca por direitos, trata-se apenas da etapa inicial no processo de luta pela garantia do território:

**“Art 1º CERTIFICA que a COMUNIDADE ALTO SANTANA, localizada no município de Goiás/GO, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º018, Registro n.º 2.557, fl. 178 , nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, SE AUTO-DEFINE COMO REMANESCENTE DOS QUILOMBOS”.** (Diário Oficial da União)

Em conversa com Fernanda Farias dos Santos, moradora local e atual presidente da Associação Quilombola Alto Santana, relata-se que o processo de busca pela certificação teve início com a atua-

ção de Marta Ivone, ativista reconhecida na defesa dos direitos das populações tradicionais e, à época, Superintendente de Promoção da Igualdade Racial. Durante pesquisas sobre comunidades quilombolas no estado, Marta identificou indícios da existência de um possível quilombo na cidade de Goiás. Diante dessa constatação, entrou em contato com Fernanda, que, naquele momento, ainda não se reconhecia como quilombola, pois compreendia os quilombos apenas como agrupamentos formados por negros fugitivos da escravidão.

A partir de sucessivos diálogos e esclarecimentos sobre o conceito contemporâneo de quilombo e a identidade quilombola, teve início um processo de autoafirmação comunitária. Gradualmente, a população local passou a se reconhecer como remanescente de quilombo. Diante desse novo entendimento, iniciou-se o trâmite burocrático junto à FCP, coordenado por Fernanda Farias. Comprometida com o processo, ela assumiu a responsabilidade de registrar as memórias da comunidade, percorrendo residência por residência, com o apoio de seu marido, Ramiro Machado de Araújo. Naquele contexto, por ocasião da certificação, em 2017, ainda estavam vivos diversos patriarcas e matriarcas, cujas contribuições foram fundamentais para o resgate de histórias mais antigas relacionadas ao território.

Apesar do processo legítimo de reconhecimento identitário, a comunidade enfrentou diversos obstáculos ao longo desse percurso. O reconhecimento foi marcado por um período de espera de aproximadamente um ano, agravado por conflitos fundiários decorrentes da sobreposição entre interesses individuais de posse e o direito territorial coletivo quilombola. Destaca-se, ainda, a presença de atividades produtivas de caráter privado no interior do território, como propriedades rurais voltadas à criação de animais, especialmente suínos, o que contribui para tensionar o processo de titulação coletiva, na medida em que reforça lógicas de uso individual da terra incompatíveis com o regime jurídico quilombola. Somam-se a esse contexto denúncias que questionavam a legitimidade do grupo enquanto comunidade quilombola, resultando em apuração por parte da FCP. Contudo,

essa verificação restringiu-se ao contato com apenas três residências, comprometendo a abrangência e a representatividade da análise.

Superadas as dificuldades iniciais e com a certificação oficialmente reconhecida, a Comunidade Quilombola Alto Santana segue aguardando os encaminhamentos necessários para a titulação definitiva de seu território. Nesse período, a valorização da ancestralidade, da memória coletiva e dos saberes tradicionais têm desempenhado papel central na consolidação de uma identidade coletiva respeitada, fortalecendo os vínculos comunitários e a presença do grupo no espaço urbano.

Essa resistência manifesta-se de forma concreta por meio das práticas culturais e produtivas desenvolvidas no território. A produção artesanal, marcada pela habilidade e criatividade dos moradores, constitui importante meio de subsistência, sendo atualmente reconhecida por meio do registro de artesãos junto à Gerência de Artesanato da Secretaria de Desenvolvimento do Estado. Paralelamente, a religiosidade, as tradições e os rituais cotidianos estruturam a vida comunitária, expressos em manifestações como o Cortejo do Afoxé Pilão de Prata, o samba de roda e a Festa de São João, realizada na Rua da Conceição (Rua do Capim), que articula práticas de religiões de matriz africana e do catolicismo popular, configurando um contexto de sincretismo religioso.

Apesar da riqueza cultural presente no território, a comunidade ainda enfrenta limitações quanto à visibilidade e à circulação de seus produtos, o que obriga os moradores a buscar outros pontos da cidade para a comercialização de itens artesanais, como feiras no Mercado Municipal. A reduzida inserção do quilombo nos fluxos urbanos e turísticos contribui para a manutenção de sua invisibilidade e para a fragilização das atividades econômicas locais.

Nesse contexto, a proposição de um espaço memorial configura-se como estratégia simbólica e concreta de valorização da Comunidade Quilombola Alto Santana. Além de rememorar a trajetória dos negros escravizados e de seus descendentes

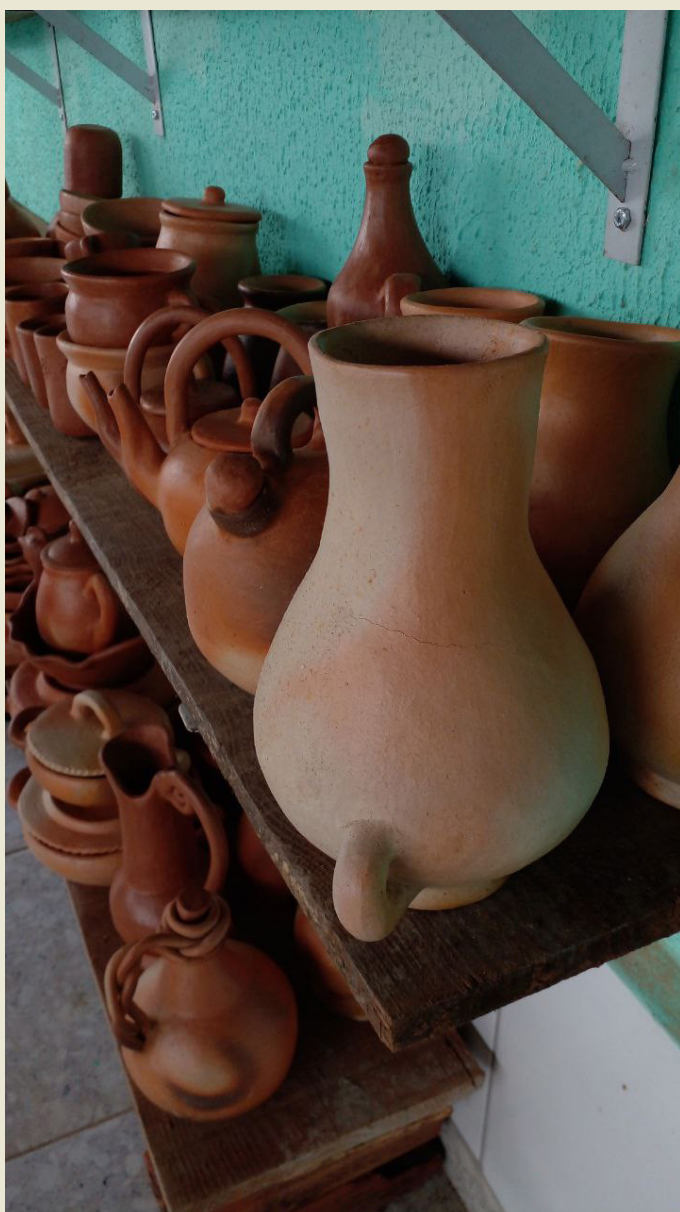
## **memorial alto santana**

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

tes, o memorial pode fortalecer o reconhecimento cultural e territorial do quilombo, ampliando sua presença na cidade e criando oportunidades de permanência, geração de renda e afirmação identitária no próprio território.

Figura 7 - Panelas de Barro da Artesã 'Didi' do Quilombo Alto Santana



Fonte: Acervo da autora (2025)



# memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

## linha do tempo

Início da  
escravização  
no Brasil

**1554**

Primeira menção  
a 'quilombo'

**1559**

Queda de  
Palmares

**1694**

Expedições  
em Golás e  
mineração

**1722**

**1725**

Pelourinho  
em Vila Boa

**1739**

Definição oficial  
de 'quilombo' e  
repressão

**1740**

**1741**

Código Penal e  
pena de morte

**1835**

Lei de Terras

**1850**

Abolição  
incompleta

**1888**



Artigo 68 da  
Constituição  
**1988**

Encontro nacional e  
ações do INCRA  
**1995**

FCP assume a  
titulação  
**1999**

Decreto nº 4.887  
**2003**

continua...



MEMORIAL ALTO  
SANTANA -  
**onde a  
terra  
guarda  
memórias**



## 7.1 Importância de um espaço memorial

Um espaço memorial é um ambiente físico concebido com a finalidade de preservar e homenagear eventos, movimentos sociais ou memórias de pessoas e coletividades. Esses espaços podem se materializar na forma de monumentos, praças, áreas verdes, museus, centros culturais ou memoriais a céu aberto inseridos em espaços públicos, onde se mesclam arte, paisagem e narrativa histórica.

Nesse contexto, a memória social assume um papel central. Por ser frequentemente utilizada como ferramenta de resistência, torna-se elemento estruturante de espaços memoriais, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva. Essa memória permite que grupos se reconheçam como parte de uma história comum, fortalecendo laços comunitários. Além disso, fundamenta lutas sociais — como no caso de povos originários e comunidades tradicionais — que reivindicam direitos a partir de suas histórias e ancestralidades. Também atua como instrumento de justiça histórica ao trazer à tona vozes silenciadas.

Entre os exemplos mais conhecidos de espaços memoriais, destaca-se o Memorial aos Judeus Mortos da Europa (Figura 8), localizado em Berlim, na Alemanha, projetado pelo arquiteto Peter Eisenman. O memorial homenageia as vítimas judias do Holocausto ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial e se destaca por carregar o peso do passado, incentivar a reflexão no presente e apontar caminhos de reparação para o futuro.

Outro exemplo, ainda que não tenha sido originalmente concebido como memorial, é o Parque Estadual Telma Ortegal (Figura 9), situado no município de Abadia de Goiás. Criado para atender às normas de preservação ambiental no entorno do depósito radioativo resultante do acidente com o Césio-137 em Goiânia, o parque abriga uma torre de observação destinada ao monitoramento contínuo do local. Embora sua função principal seja técnica, o espaço também carrega valor simbólico ao manter viva a memória do acidente e promover conscientização sobre seus impactos.

Figura 8 - Memorial aos Judeus Mortos da Europa, Berlim.



Fonte: Chaosdna (2007)

Figura 9 - Torre de Observação, Parque Estadual Telma Ortegal.



Fonte: Chaosdna (2007)

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Portanto, um espaço memorial, ao preservar, simbolizar ou rememorar acontecimentos marcantes, cumpre o papel de educar e sensibilizar as gerações presentes e futuras, ao mesmo tempo em que reforça a identidade e o sentimento de pertencimento dos sujeitos e histórias que ali são representados.

*“Mas nossas lembranças permanecem coletivas e elas são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nas quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.” (Maurice Halbwachs, 1990)*

### 7.1.1 Por que um memorial para o quilombo Alto Santana?

A criação de um memorial em homenagem ao Quilombo Alto Santana e aos negros escravizados na cidade de Goiás representa uma manifestação concreta da memória social, construída a partir das vivências, resistências e saberes de uma coletividade marcada por exclusão histórica. Nesse contexto, a arquitetura transcende a forma e a função, assumindo o papel de linguagem capaz de expressar dor, ancestralidade e presença.

O memorial configura-se como território simbólico onde a ancestralidade negra é celebrada, os traumas da escravidão reconhecidos e as lutas por terra, dignidade e pertencimento reafirmadas. Implantado no território de resistência, estabelece uma conexão direta com o solo histórico da comunidade, fortalecendo vínculos e ampliando sua presença no espaço urbano.

Mais do que homenagem, o memorial funciona como denúncia das camadas de apagamento histórico e urbano que marcaram a cidade de Goiás, onde os casarões coloniais foram preservados como patrimônio, enquanto os descendentes de escravizados foram empurrados para as margens do espaço urbano e da história oficial.

Assim, o memorial é um meio, não um fim: um espaço de encontros, transmissão de saberes e

continuidade, onde a memória social se enraíza, floresce e permanece em constante movimento.

## 7.2 Intervenção - análise do lugar

Para fundamentar a escolha do local, realizou-se uma análise detalhada da área em questão. Como base para essa leitura, foram elaboradas cartografias e fotomontagens que auxiliam na compreensão do contexto territorial. A Figura 10, apresenta-se o mapa de uso e ocupação.

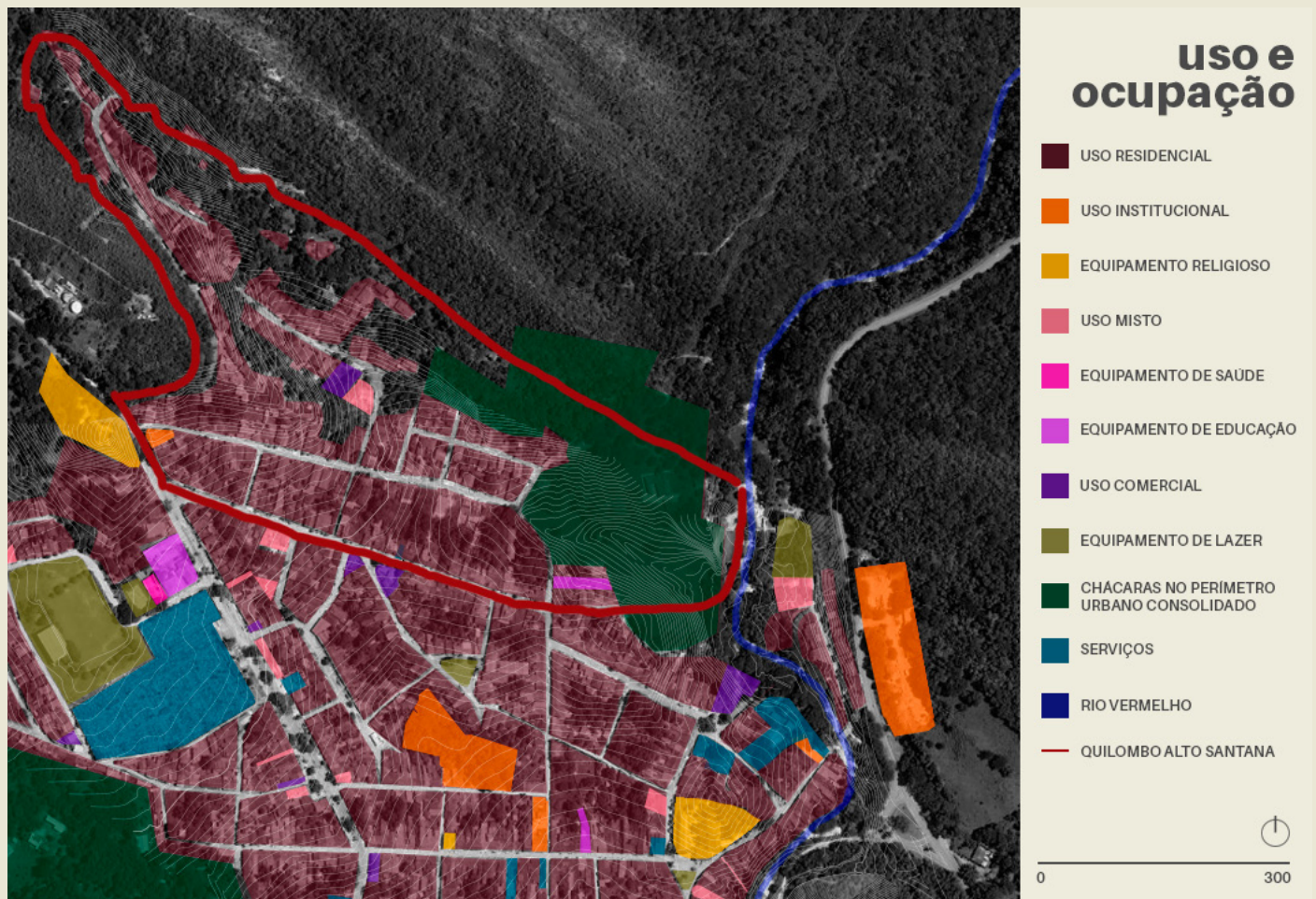
O Quilombo Alto Santana, representado por linha vermelha por como a comunidade reconhece ser seu território, localiza-se em uma área predominantemente residencial, ligeiramente afastada dos principais equipamentos urbanos da cidade. Apesar de sua importância histórica e cultural, o território não se articula com os eixos de circulação nem com zonas de uso misto, comercial ou institucional, o que contribui para sua invisibilização no espaço urbano. Tal condição é agravada por sua posição marginal na porção norte da malha urbana e pela ausência de serviços em seu entorno que favoreçam a permanência ou o fluxo de visitantes.

Os principais pontos de interesse turístico e religioso — representados pelas cores amarelo (equipamentos religiosos), verde-musgo (lazer) e laranja (institucional) — permanecem espacialmente desconectados do quilombo. Esses polos funcionam como núcleos de atração urbana, mas não estabelecem qualquer eixo de ligação física ou simbólica com a comunidade quilombola. A ausência dessa integração demonstra a desatenção histórica do poder público em reconhecer o quilombo como parte constituinte do patrimônio urbano e cultural da cidade.

A distribuição dos usos reforça um traçado urbano excludente, que obriga os moradores do quilombo a deslocarem-se até áreas centrais para acessar serviços básicos e oportunidades de renda. A inexistência de zonas comerciais dentro ou no entorno do território quilombola expõe a desigualdade no acesso à infraestrutura urbana e compromete

a valorização de saberes e práticas locais, como a produção artesanal, cuja comercialização depende da inserção em outros espaços da cidade.

Figura 10 - Mapa de uso e ocupação



Fonte: Google Earth com edição da autora (2025)

Já o mapa de hierarquia viária (Figura 11), revela uma estrutura urbana desarticulada, com predomínio de vias arteriais e coletoras concentradas nas porções centrais e meridionais da malha urbana. Em contrapartida, a região norte — onde se insere o Quilombo Alto Santana — apresenta uma predominância de vias locais, de menor capacidade e abrangência. A ausência de eixos expressivos que se estendam até o território quilombola compromete a conectividade e reforça o isolamento físico da comunidade em relação ao restante da cidade.

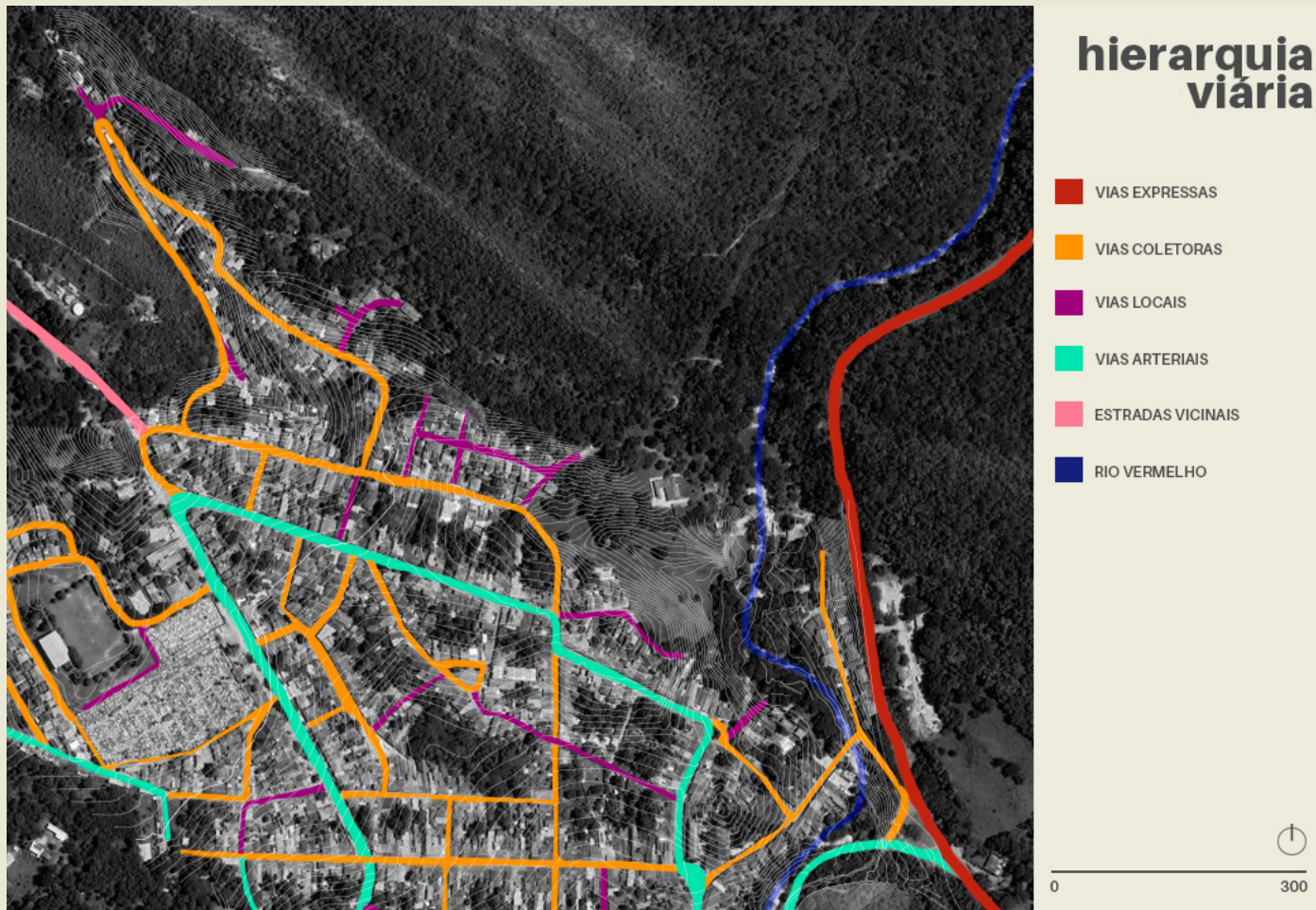
Embora existam estradas vicinais e vias expressas nos limites do mapa, nenhuma se conecta diretamente ao território quilombola ou às rotas mais movimentadas além da Rua Santa Bárbara. Essa condição dificulta tanto o acesso de visitantes quanto a circulação dos próprios moradores, sobretudo no que se refere ao escoamento de suas produções que servem de sustento. A malha viária atual se mostra orientada para atender às áreas de maior concentração de usos institucionais, comerciais e turísticos, como evidenciado no mapa de uso e ocupação, em detrimento das zonas periféricas que abrigam populações historicamente marginalizadas.

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Figura 11 - Mapa Hierarquia Viária



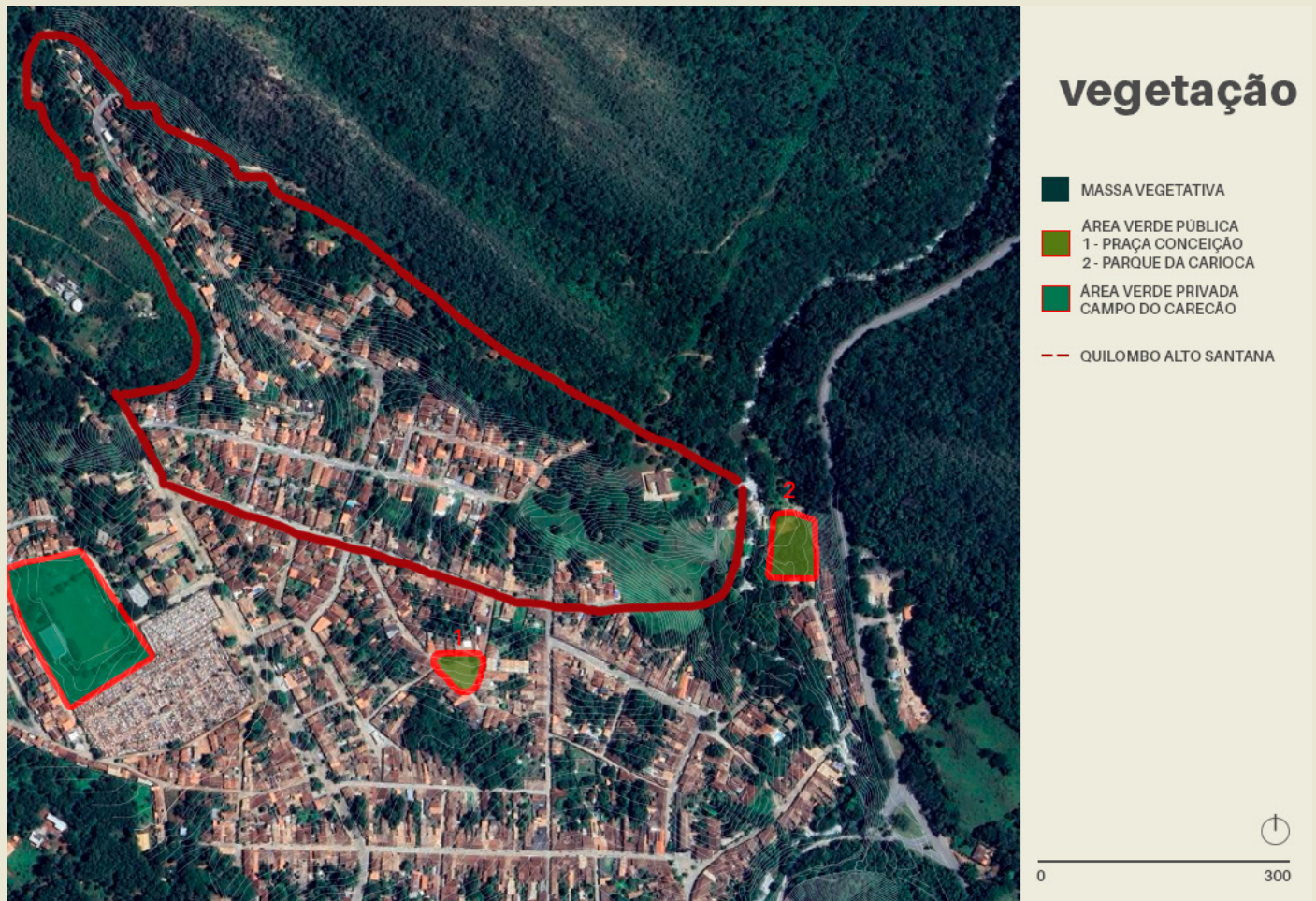
Fonte: Google Earth com edição da autora (2025)

Nesse contexto, pensa-se que seria pertinente a criação de um espaço memorial fora dos limites imediatos do quilombo, mas estrategicamente posicionado de forma a atrair a atenção da população e dos visitantes. A proposição de novos eixos conectivos, estruturados por circuitos urbanos consolidados, entre equipamentos turísticos, o espaço memorial e o quilombo, seria capaz de promover circulação qualificada, ampliar o acesso e estimular o reconhecimento da comunidade como parte integrante e ativa do tecido urbano e cultural da cidade.

Com isso em mente, as áreas verdes públicas limítrofes à comunidade chamam a atenção. As análises cartográficas anteriores, somadas ao mapa de vegetação (Figura 12), revelam significativa carência de áreas públicas de lazer e espaços verdes nos limites do território quilombola. Apesar da região estar inserida em uma extensa massa vegetativa, a maior parte dessa cobertura encontra-se em terrenos privados, restringindo o uso coletivo e dificultando o acesso da comunidade a ambientes de convivência e descanso.

Sob essa perspectiva, a criação de um espaço memorial em uma das poucas áreas verdes públicas disponíveis representa uma estratégia de valorização territorial e cultural. A partir da análise prévia do local, identifica-se a Praça Conceição (ou Praça do Capim como mais é reconhecida, ponto 1 do mapa de vegetação), situada na Rua Conceição, como um espaço público compatível com os propósitos do memorial.

Figura 12 - Mapa Vegetação



Fonte: Google Earth com edição da autora (2025)

Entretanto, considerando a complexidade do contexto urbano e social em que o memorial será inserido, torna-se essencial refletir sobre os efeitos que a intervenção pode gerar. Espaços marcados por significados históricos e identitários exigem atenção redobrada, pois qualquer transformação neles envolve responsabilidades ligadas à preservação da memória coletiva e ao fortalecimento dos vínculos comunitários.

Com esse propósito, foi adotada a matriz *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), ferramenta de análise estratégica que amplia a compreensão do local e permite uma leitura crítica de suas condições atuais. Essa abordagem orienta decisões mais conscientes, alinhadas ao contexto cultural e social, e atentas às necessidades da comunidade, conforme demonstrado na Figura 13.

Figura 13 - Análise SWOT - Praça da Conceição como espaço memorial



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A partir da análise realizada, verifica-se que a Praça Conceição (Praça do Capim) reúne qualidades relevantes para abrigar o memorial, sobretudo por sua localização estratégica e pelas potencialidades simbólicas e urbanas que oferece. Contudo, a efetivação da proposta requer atenção aos desafios identificados, como os possíveis entraves sociais e a necessidade de manutenção contínua. Nesse cenário, é imprescindível que o projeto seja conduzido com sensibilidade e planejamento, envolvendo a comunidade local e dialogando com a história da cidade, para que o espaço proposto

vá além da celebração da ancestralidade negra e se consolide como território ativo de memória e resistência.

Dando continuidade à análise, apresenta-se um mapa esquemático (Figura 14), elaborado com o intuito de evidenciar as potencialidades da Praça do Capim para a implantação de um espaço memorial. O mapa destaca as igrejas vinculadas ao turismo religioso, permitindo compreender a praça como ponto de articulação entre esses marcos históricos e o território do Quilombo Alto Santana,

configurando um possível eixo de conexão cultural e simbólica. Nesse contexto, destaca-se a iniciativa da Associação Quilombola do Alto Santana por meio do projeto “Tem Quilombo nas Trilhas de Goiás”, que atua na formação de condutores de visitantes em turismo, em parceria com o curso de Turismo da UEG – Cora Coralina e servidores do IFG da Cidade de Goiás, entre outras instituições, orientando-se pelos princípios do turismo de base comunitária. Compreende-se que a integração do projeto ao espaço memorial possui elevada relevância, pois ambos podem atuar de forma articulada na valorização e visibilidade da comunidade quilombola e do memorial. Nesse sentido, o espaço pode funcionar como ponto inicial ou final do percurso da trilha, fortalecendo sua dimensão educativa, simbólica e cultural.

Essa articulação territorial adquire maior relevância quando se considera o simbolismo das edificações envolvidas. A Igreja de Nossa Senhora do

Rosário, historicamente associada à população negra, foi posteriormente reconstruída segundo padrões estéticos das elites locais, enquanto a Igreja de Santa Bárbara foi erguida por pessoas escravizadas e destinada ao uso dessa população. A leitura integrada desses elementos contribui para uma releitura crítica da paisagem urbana, resgatando memórias e trajetórias historicamente negligenciadas.

Além disso, o mapa aponta a possibilidade de conexões futuras com outros pontos de interesse da cidade, como o Parque da Carioca e a Estrada Imperial, ambos situados nas proximidades, assim como o Caminho de Cora. Dessa forma, a escolha da Praça da Conceição reforça os vínculos com o território quilombola e amplia o potencial do memorial como elemento articulador de diferentes dimensões da memória coletiva e do patrimônio urbano.

Figura 14 - Mapa esquemático



Fonte: Google Earth com edição da autora (2025)

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Ampliando o estudo para mais próximo do local, a Figura 15 apresenta as visadas da praça, contribuindo assim para a compreensão da sua configuração espacial.

A área de intervenção, demarcada em linha vermelha tracejada, está situada na intersecção entre a Rua Conceição, o Beco da Conceição e próxima à Rua Santa Bárbara. Inserida em um contexto urbano consolidado, a praça localiza-se em uma zona predominantemente residencial. Um aspecto de interesse é a divisão física da Praça Conceição em dois segmentos: uma porção maior, com aproximadamente 276 m<sup>2</sup>, e um canteiro menor, de cerca de 97 m<sup>2</sup>, que homenageia Joaquim Paulo da Con-

ceição — mestre e cidadão honrado — conforme registro da Administração Municipal de 1981. Essa separação ocorre em razão da presença de uma via que corta o espaço.

A praça apresenta aberturas visuais amplas em todas as direções, o que favorece a conexão visual com as edificações vizinhas e com os principais acessos do bairro, inclusive na direção da comunidade quilombola. Destaca-se, nesse contexto, o eixo visual que percorre a Rua Conceição, conectando diretamente a praça a outras áreas da cidade e ao horizonte montanhoso, elemento cênico visível na Foto 1 das visadas.

Figura 15 - Visadas



Fonte: Google Earth com edição e acervo pessoal da autora (2025).

Por se tratar de um local com uso já consolidado, especialmente em razão das festividades populares que ali ocorrem, como a Festa do Capim e a Festa de São João, compreende-se que a implantação do espaço memorial deva ocorrer a céu aberto, respeitando o caráter central e dinâmico da área enquanto espaço de convivência e manifestação cultural.

A concepção de um memorial ao ar livre possibilita a requalificação do espaço sem comprometer seus usos já estabelecidos, permitindo a integração entre funções festivas, cotidianas e simbólicas. Dessa forma, a intervenção dialoga com a memória coletiva e com as práticas sociais enraizadas no território, sem se configurar como um elemento de ruptura. Nesse contexto, o projeto contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da identidade da comunidade, ampliando o significado cultural e simbólico do espaço público.

Figura 16 - Horizonte montanhoso



Fonte: Acervo da autora (2025).

A rua que divide a praça, sinalizada em roxo, representa um ponto de trânsito relevante. No entanto, conforme observado nas visitas de campo, essa via tem funcionado majoritariamente como espaço de estacionamento. Essa condição pode gerar conflitos entre o tráfego de veículos e o uso comunitário do espaço. Diante disso, considera-se a possibilidade de implementar uma circulação prioritariamente pedonal, promovendo a integração entre as duas partes da praça.

Em relação aos equipamentos urbanos, observa-se a presença de elementos básicos como lixeiras e bancos. Na porção maior da praça, há apenas um banco, mal posicionado e sem sombreamento. Já no canteiro menor, encontram-se mais bancos e lixeiras, além das principais árvores da praça. Portanto, pensa-se na inclusão de novos bancos e lixeiras, com melhor distribuição e conforto para os usuários.

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Figura 17 - Lixeira na parte menor da Praça



Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura 18 - Único banco na parte maior da Praça



Fonte: Acervo da autora (2025).

A infraestrutura urbana apresenta sinais de precariedade em diversos aspectos, como na pavimentação em alguns trechos da calçadas, falta de arborização na parte maior da praça, iluminação pública (com destaque para um único poste posicionado centralmente na praça) e acessibilidade. Esta última encontra-se comprometida, especialmente pela existência de desníveis e pela ausência de rampas que possibilitem o acesso a pessoas com mobilidade reduzida (Figura 20 e 21). Considera-se, assim, a implantação de rampas e a reorganização dos níveis conforme a topografia existente, assegurando maior qualidade nos acessos. Pensa-se também na possibilidade de readequação da vegetação e a realocação dos postes de luz.

Figura 19 - Bancos na parte menor da Praça



Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura 20 - Níveis de acesso na Praça



Fonte: Acervo da autora (2025).

## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Figura 21 - Níveis de acesso na Praça



Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura 22 - Poste de iluminação centralizado



Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura 23 - Canteiro na parte maior da Praça



Fonte: Acervo da autora (2025).

As imagens analisadas reforçam o potencial cênico e simbólico da praça, bem como sua boa visibilidade, características que a tornam adequada para abrigar um espaço memorial com capacidade de articular a vida cotidiana da comunidade e a preservação de sua ancestralidade.

## 7.3 Intervenção - Conceito e Partido

Com base nas análises realizadas, inicia-se a concepção conceitual do projeto de intervenção na Praça Conceição, que será requalificada para abrigar o Memorial Alto Santana. A proposta parte dos quatro elementos que norteiam o Design Gráfico para Ambientes, conforme Jorge (2022): ambiente físico, informação transmitida, identidade projetada e experiência do usuário.

**Ambiente físico:** propõe-se a criação de um espaço em dois níveis, conectados por rampas acessíveis, com inclusão de canteiros, bancos e elementos de paisagismo com espécies nativas. A intenção é configurar um ambiente funcional e acolhedor, sensorialmente integrado à paisagem local.

**Informação transmitida:** propõe-se uma escultura central com valor representativo, totens informativos com mapas para reforçar os eixos de conexão entre as Igrejas do Rosário e Santa Bárbara e o Quilombo Alto Santana, além de sinalização em linguagem acessível. Os elementos informativos têm o objetivo de promover reflexão e reconhecimento histórico.

**Identidade projetada:** os materiais e a linguagem gráfica serão definidos com base nas expressões culturais do Alto Santana. Elementos visuais que remetem às raízes quilombolas contribuem para a

construção de uma identidade visual singular, vinculada à memória e à resistência da comunidade.

**Experiência do usuário:** o memorial é pensado como espaço de rememoração dos negros escravizados e de seus descendentes, mas também como lugar de convivência e fruição para moradores, turistas, estudantes dentre outros. As áreas propostas contemplam usos diversos, como feiras e manifestações culturais, e garantem acessibilidade universal, reforçando o caráter inclusivo e educativo da intervenção.

A proposta arquitetônica busca sensibilidade e abertura, dialogando com elementos gráficos discretos, porém eficazes na orientação e expressão simbólica. Para organizar os usos previstos, propõe-se um programa de necessidades preliminar, composto por: caminhos da memória (circulação pedonal), área do encontro, área coberta (pergulado), áreas verdes e escultura memorial.

# memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Figura 24 - Estudo de massas preliminar (programa de necessidades)

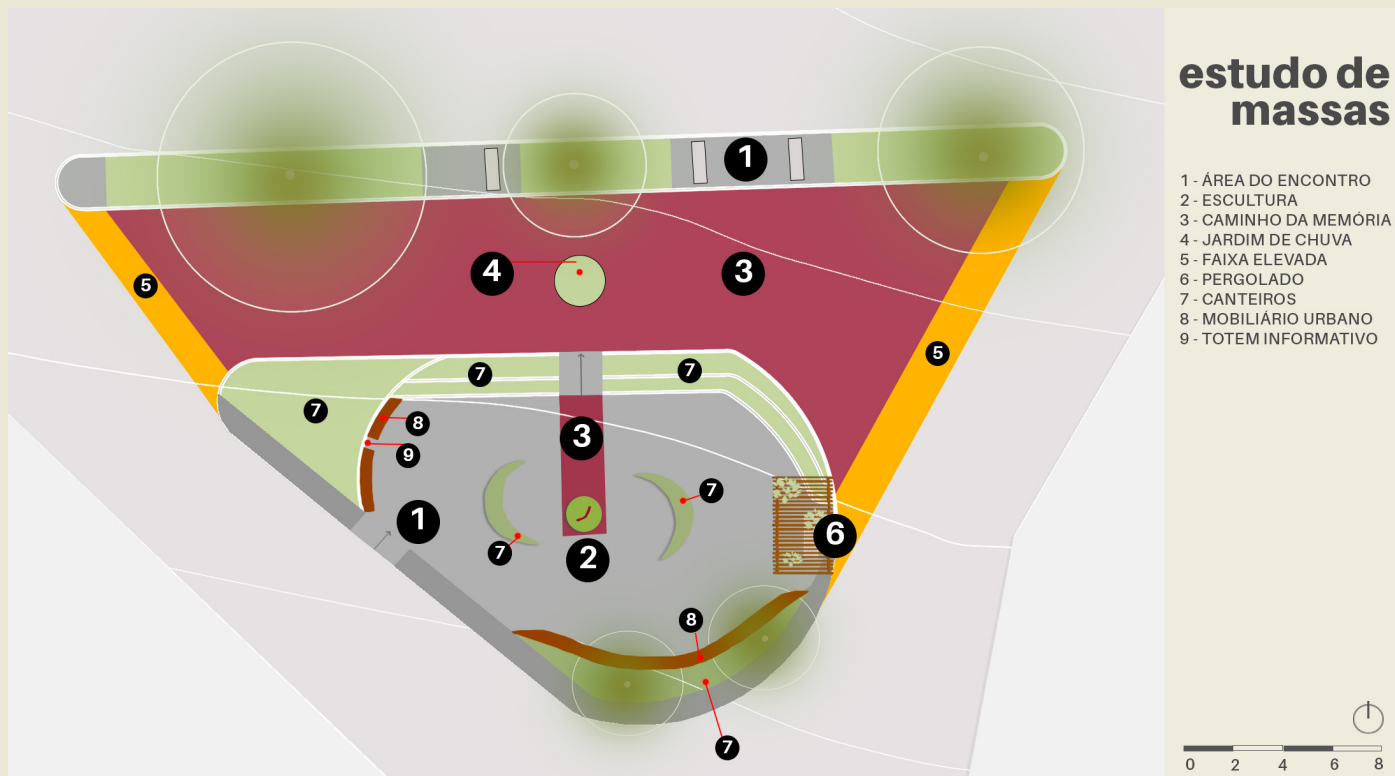
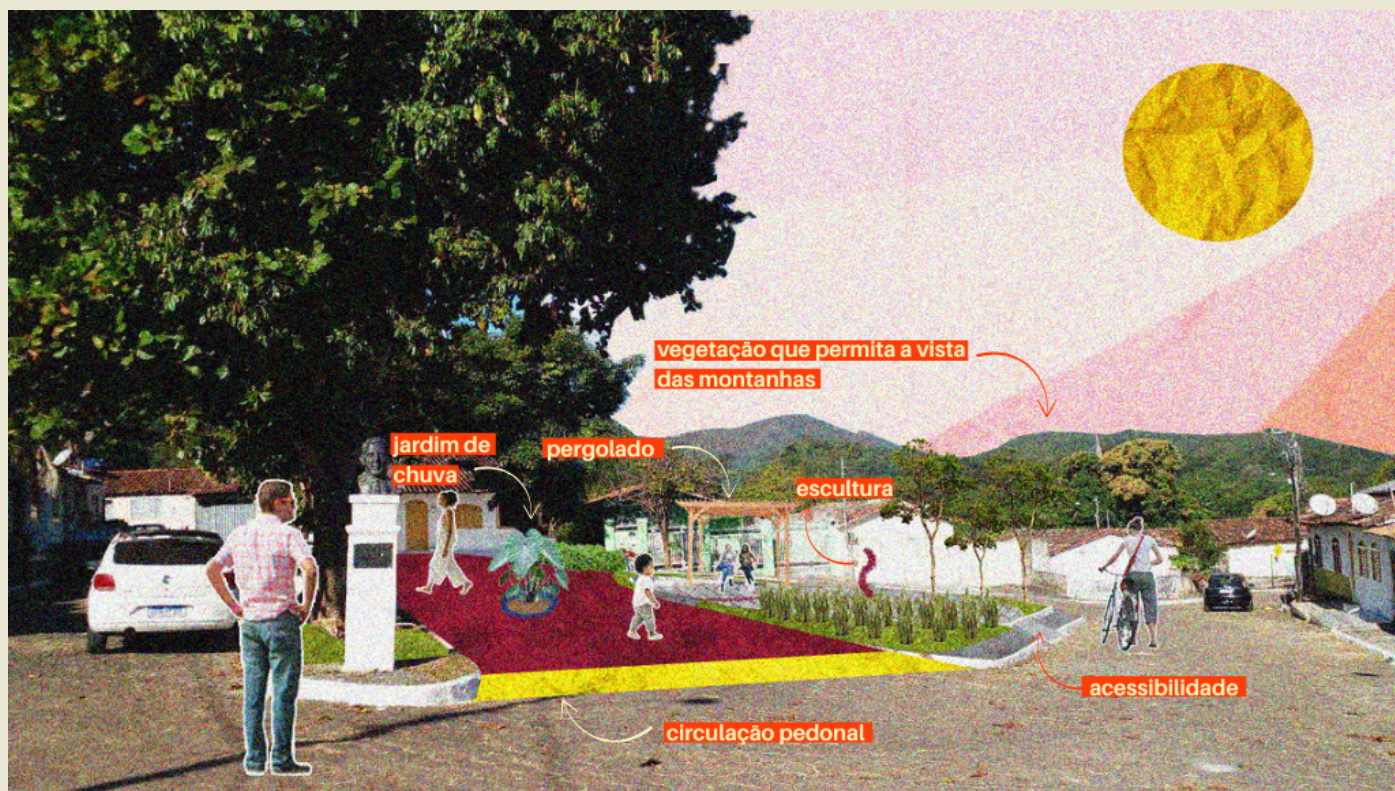


Figura 25 - Fotomontagem da intervenção Memorial Alto Santana



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 26 - Fotomontagem da intervenção Memorial Alto Santana



## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

### 7.4 Intervenção - Aprofundamento

Para a realização dessa etapa, a conversa com a comunidade, em conjunto com a disciplina Urbanização de Cidades Pequenas e Médias, ministrada pela professora Luciana Helena Alves da Silva, foi fundamental para a ressignificação dos pensamentos projetuais iniciais. Realizou-se uma visita com a turma e com representantes quilombolas da comunidade, na qual foram discutidas questões sobre a titulação de terras e as dificuldades enfrentadas nesse processo, utilizando a matriz SWOT a partir da perspectiva dos moradores presentes.

Para o aprofundamento dessa fase, foram realizados estudos detalhados sobre o significado e a representação de um território quilombola, por meio de novas conversas com a comunidade e do aprendizado obtido junto ao CAU-SP, durante a aula "Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas". Com base nessas reflexões, entende-se que os conceitos aplicados no estudo de massa preliminar podem ser aprimorados.

Propõe-se a implantação de uma área coberta ampla (pergolado), canteiros que favoreçam a permanência de pessoas, mobiliário urbano, horta comunitária, rampas e escadas devidamente posicionadas, além de depósitos destinados a produtos de jardinagem e limpeza. Identifica-se, ainda, a necessidade de banheiros acessíveis, cujas paredes poderão ser utilizadas para a instalação de um mural que apresente a trajetória histórica dos negros em Goiás até o quilombo Santana. Prevê-se também uma área central de convivência sem barreiras físicas, de modo a otimizar os diferentes usos do espaço - especialmente aqueles que promovem atividades em roda e o fortalecimento de vínculos comunitários. Considera-se, por fim, que a praça já abriga eventos significativos da cidade, como a Festa do Capim e que isso deve ser continuado.

Figura 27 - Visita ao Quilombo Alto Santana



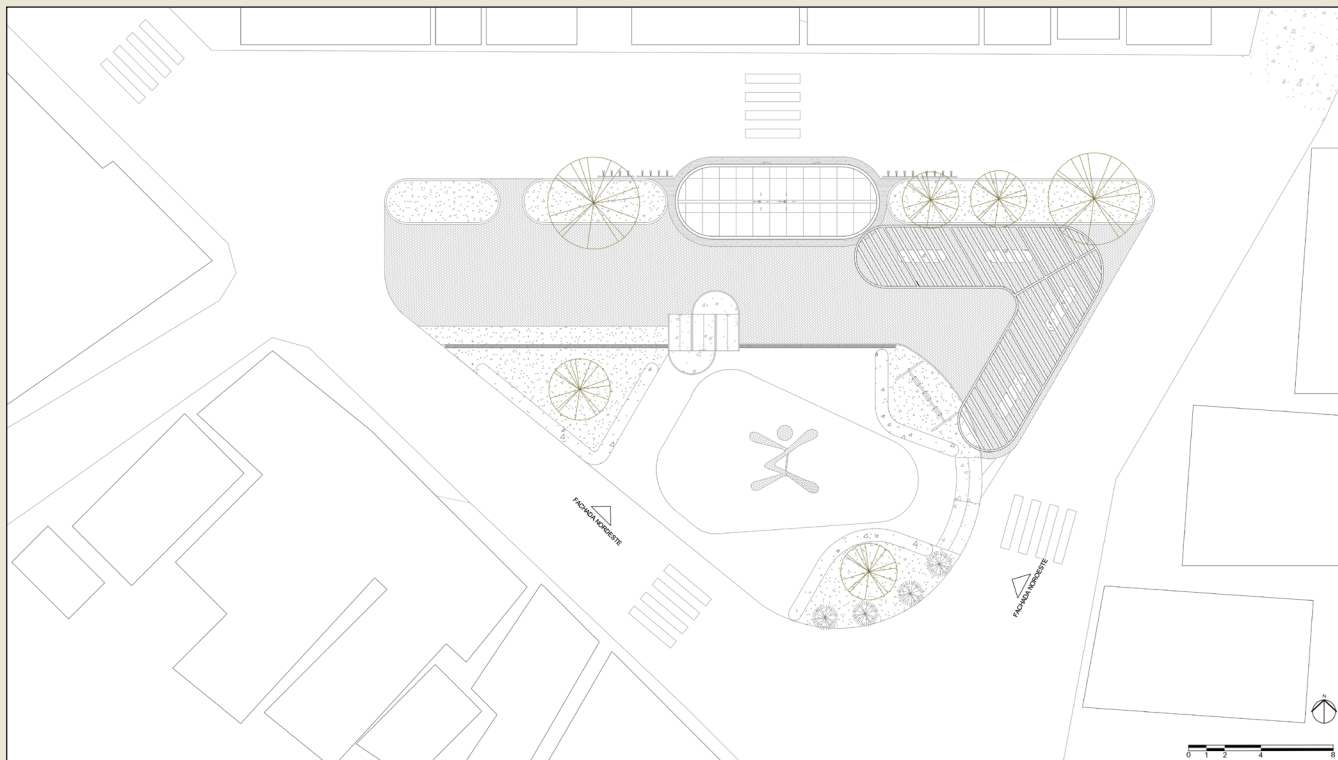
Fonte: Acervo Luciana Helena Alves (2025)

# MEMORIAL ALTO SANTANA **projeto**

Este capítulo apresenta de maneira abrangente o projeto do Memorial Alto Santana, contendo Planta de Implantação, Plantas Baixas, Cortes, Fachadas, detalhamentos e renders/colagens.

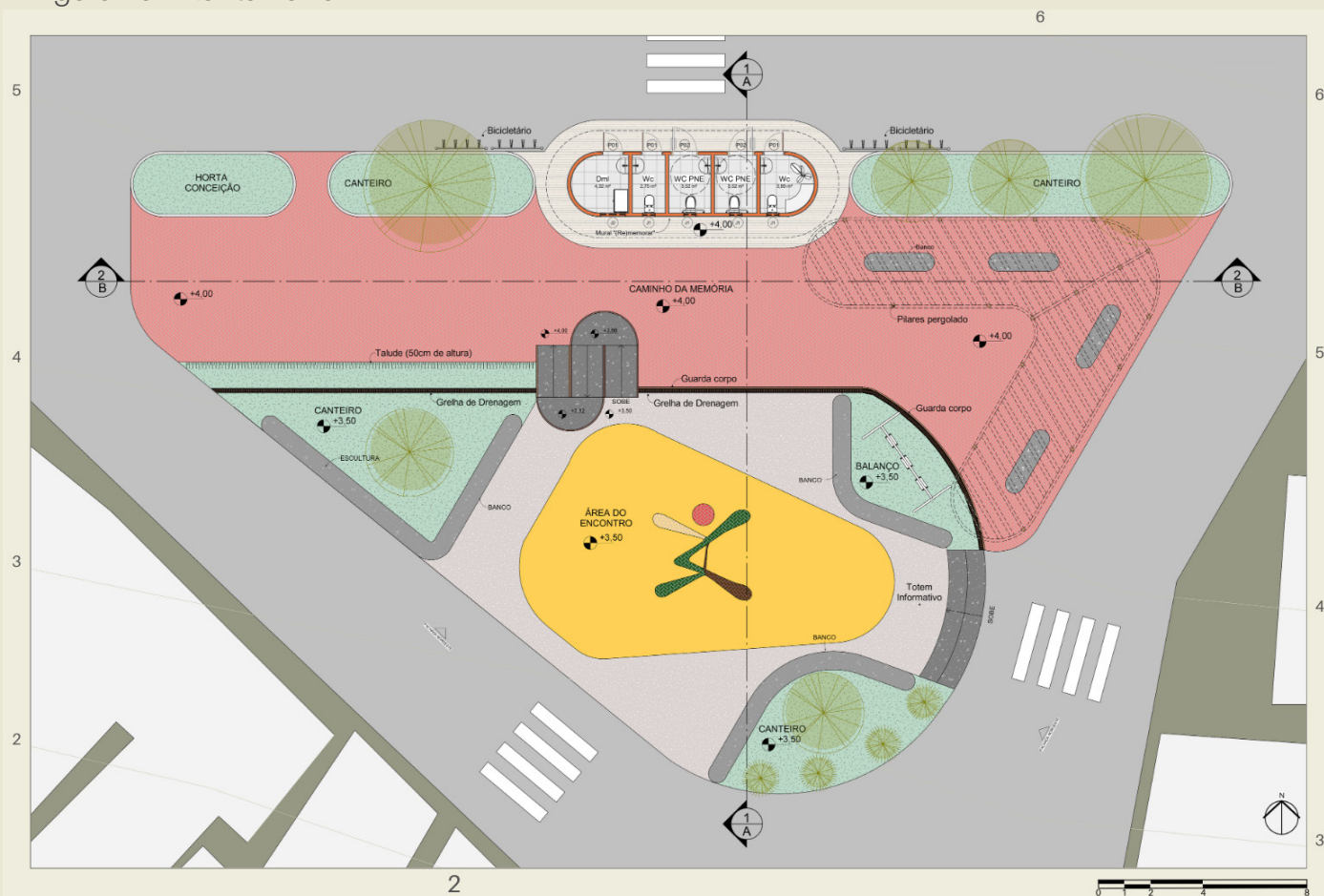


Figura 28 - Implantação



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 29 - Planta Baixa



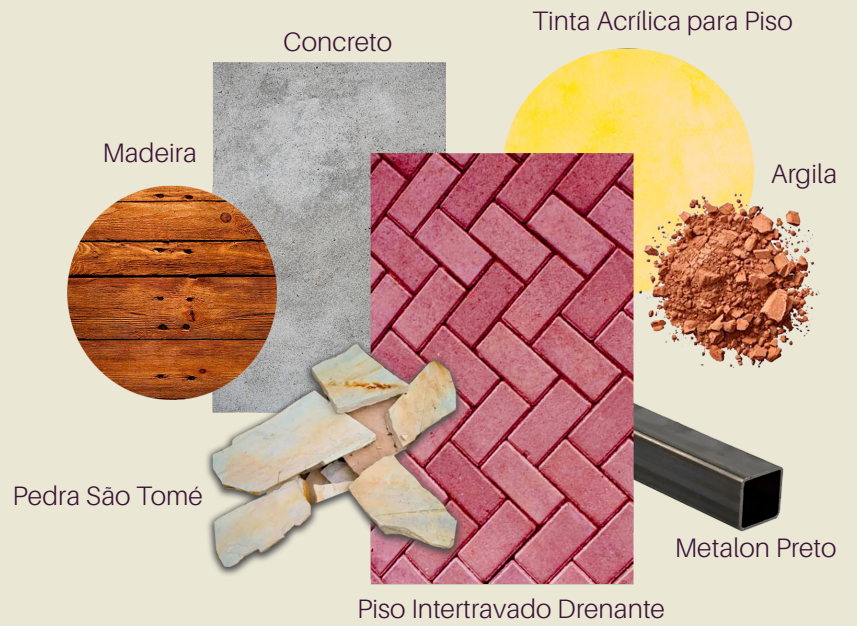
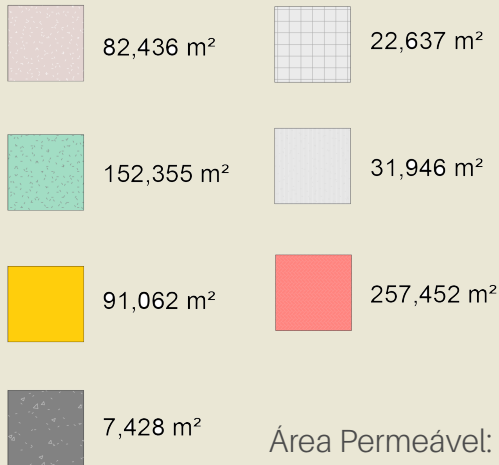
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 30 - Áreas e Materialidade

TABELA DE PORTAS				
Cod.	Altura	Largura	Descrição	Total
P01	2,10	0,80	Porta de madeira	3
P02	2,10	0,92	Porta de Entrada de Madeira Resistente à Umidade / Portadores de Necessidades Especiais – NBR 9050	2

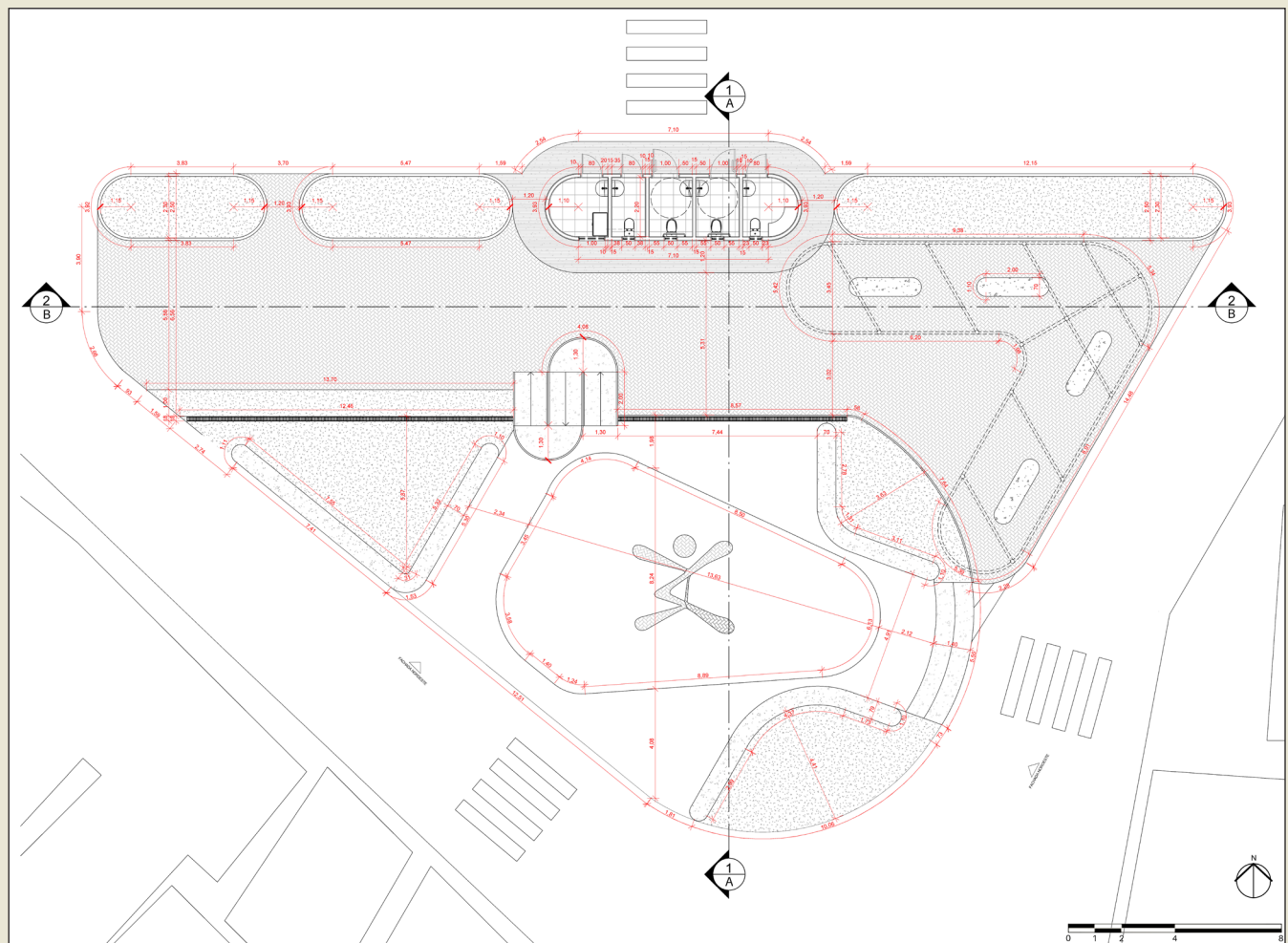
  

TABELA DE JANELAS					
COD	Largura	Altura	Peitoril	Descrição	TOTAL
J1	0,50	0,50	1,60	Janela de Abrir em alumínio e vidro 4	5
J2	1,00	0,50	1,60	Janela de Abrir em alumínio e vidro 1	
Total geral: 5					



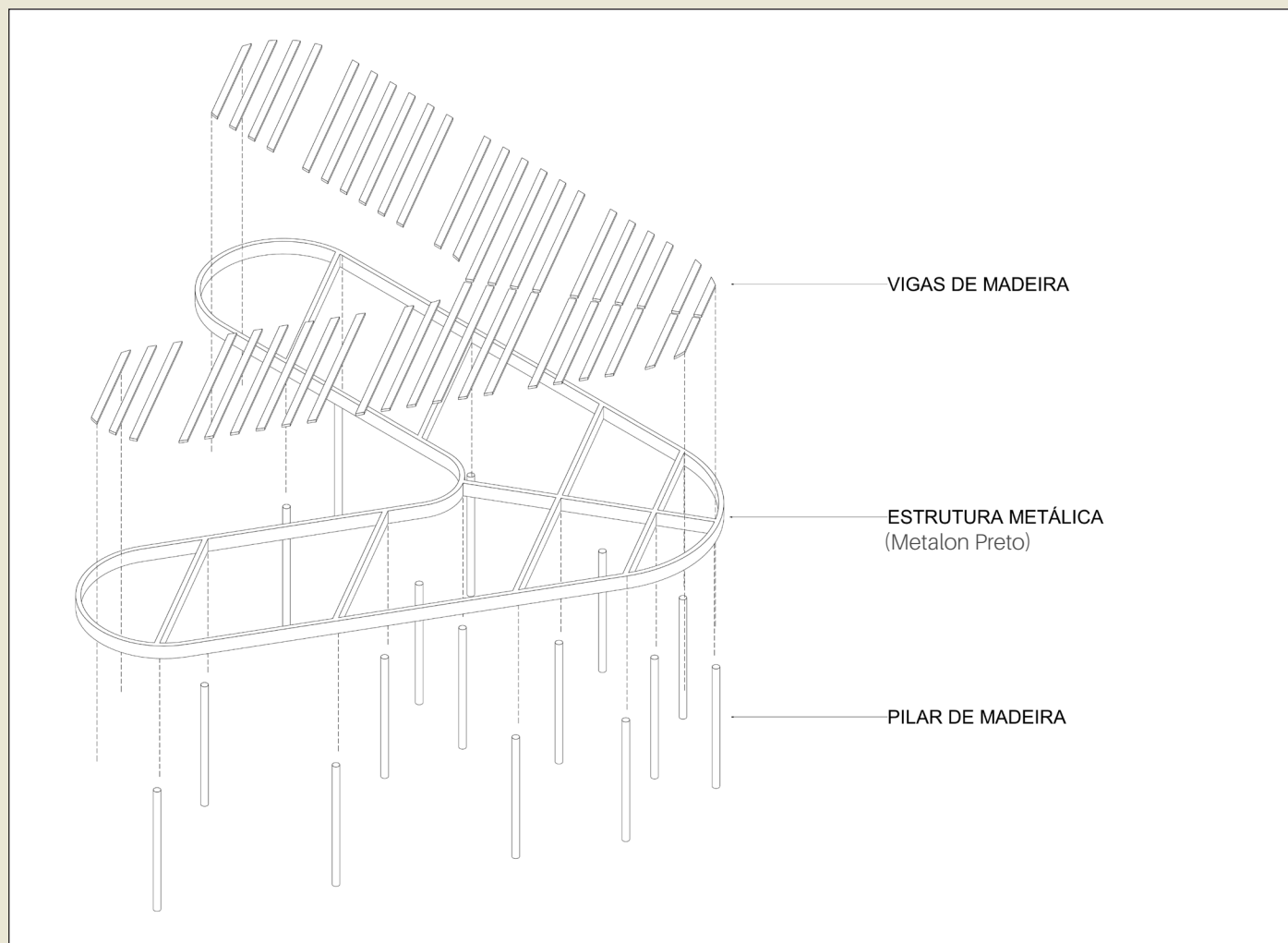
Área Permeável: 409,807 m<sup>2</sup>; Área Impermeável: 235,509 m<sup>2</sup>; Área total: 645,316 m<sup>2</sup>

Figura 31 - Planta Baixa Técnica



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 32 - Perspectiva Pergolado



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

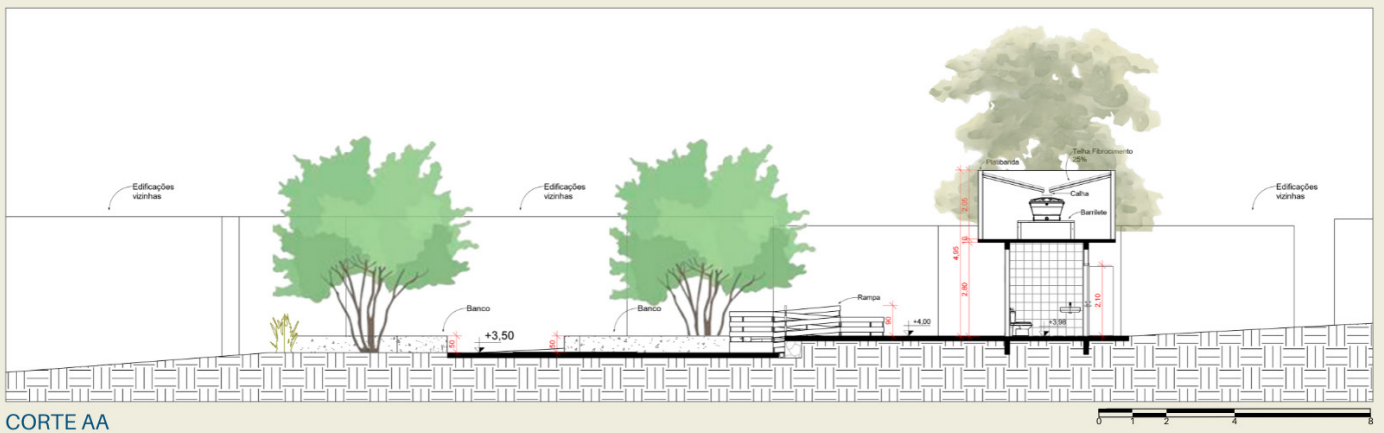
Figura 33 - Criação design Escultura/Logo/Poste de Iluminação do Memorial



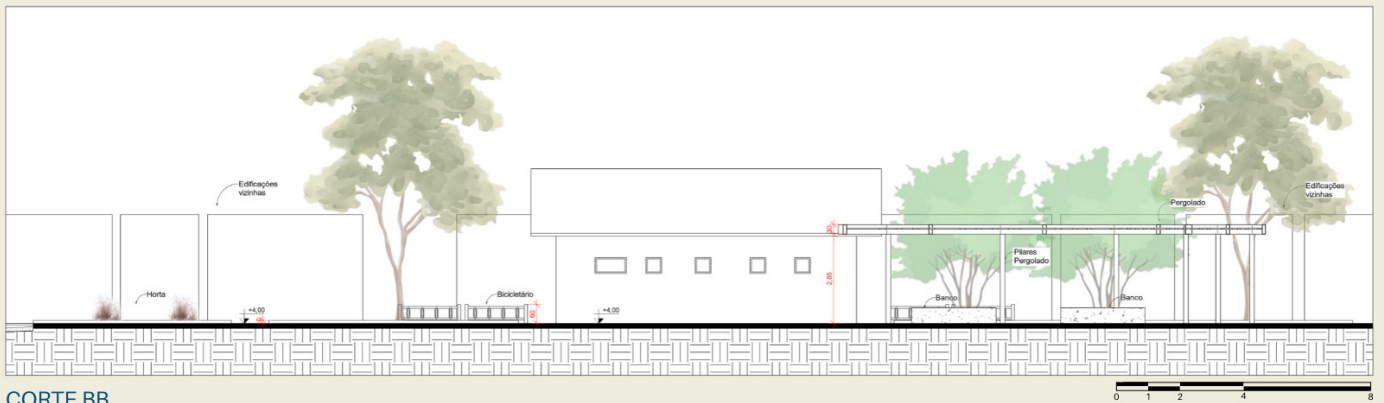
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A criação de um design próprio para os postes de iluminação do memorial contribui para a consolidação de sua identidade visual, ao integrar elementos técnicos e simbólicos do projeto. As cores e a forma adotadas foram definidas a partir do diálogo direto com as cores e a geometria da escultura, garantindo unidade compositiva e coerência visual ao conjunto. O uso do aço estrutural SAE 1010/1020 permite maior fluidez nas formas e melhor desempenho construtivo, além de reforçar a expressividade do desenho. Cada poste comportará três lâmpadas, atendendo às exigências funcionais de iluminação e, simultaneamente, fortalecendo a leitura espacial e a ambiência do memorial.

Figura 34 - Cortes



CORTE AA



CORTE BB

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 35 - Fachadas



FACHADA NOROESTE



FACHADA NORDESTE

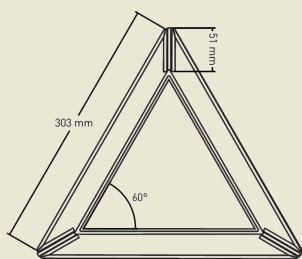
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

# memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Figura 36 - Totem Informativo



Medidas: 30 x 250 x 10 cm  
 Estrutura: Aço galvanizado em chapa de 3 mm  
 Suporte: Bandejas de ACM de 4 mm  
 Acabamento: Pintura eletrostática cinza escuro

Figura 37 - Sinalização



## memorial alto santana

onde a terra guarda memórias

camila de jesus da silva

Figura 38 - 3d Mural (Re)memorar



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 39 - 3d Alturas pergolado e sanitários



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 40 - 3d Memorial integrado a vizinhança



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

# CONSIDERA- ÇÕES finais



O presente trabalho de conclusão de curso registra um processo de aprofundamento teórico e projetável voltado à compreensão da história dos negros trazidos ao Brasil e das comunidades quilombolas, possibilitando uma leitura mais sensível de suas identidades, do sentimento de pertencimento e da influência exercida pela arquitetura na conformação desses valores. O desenvolvimento dos referenciais teóricos e projetuais permitiu reconhecer a memória social como elemento central na afirmação da identidade quilombola, evidenciando a relevância da proposição do Memorial Alto Santana. Diante das ausências e dos silenciamentos historicamente impostos à comunidade, tanto no plano urbano quanto institucional, torna-se evidente a urgência de espaços simbólicos capazes de fortalecer vínculos culturais, políticos e territoriais.

A escolha da Praça do Capim (Praça da Conceição) para a implantação do memorial extrapola o caráter de homenagem aos negros escravizados e a seus descendentes, configurando-se como ação concreta de resistência e visibilidade. A proposta reposiciona a presença quilombola no cenário ur-

bano da cidade de Goiás e, ao integrar essa memória aos fluxos turísticos e educativos já existentes, amplia as possibilidades de reconhecimento institucional e valoriza as experiências vividas pela comunidade.

O memorial é concebido como um espaço ativo de encontro, celebração e transmissão de saberes, em diálogo com a ancestralidade, a religiosidade, o artesanato e os rituais que sustentam a cultura quilombola. Nesse contexto, arquitetura e paisagem assumem papel articulador na promoção do pertencimento e na construção de uma cidade mais justa, inclusiva e representativa.

Assim, o Memorial Alto Santana não se apresenta como encerramento de uma trajetória, mas como continuidade de uma luta histórica. Este trabalho consolida o desenvolvimento da proposta arquitetônica, compreendendo o memorial como expressão viva de uma memória que ocupa o território, afirma presenças e transforma resistência em permanência.

# REFE rências

AGÊNCIA GOV BRASIL (EBC). Reconhecimento e proteção das comunidades quilombolas. **Agência Gov Igualdade Racial**, Brasília, 18 set. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/reconhecimento-e-protecao-das-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 2 mai. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARANTES, Jaqueline Ramos. **Memorial César - 137**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. p. 16. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7309>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos - trabalho e identidade em Goiás**. Goiânia: Oriente/ Ed. Univ. de Brasília, 1977.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Goiás (GO)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Portaria nº 281, de 24 de outubro de 2017. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 12, 25 out. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/10/2017&jornal=515&pagina=12&totalArquivos=96>. Acesso em: 8 abr. 2025.

CHAOSDNA. **Memorial aos Judeus Mortos da Europa**, vista aérea [fotografia]. Maio 2007. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:HolocaustMahnmalLuft.jpg>. Acesso em: 05 jun. 2025.

DIAS, Luciene. **Aquilombamento**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Relatório antropológico e histórico da Comunidade de Alto Santana: Comunidade Quilombola do Município de Goiás - GO**. Processo nº 72020.001575/2023-17. 29 maio 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927-1954)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: População Quilombola**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2025.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sinalização do patrimônio mundial no Brasil: orientações técnicas para aplicação. Brasília, DF: **IPHAN, 2013**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual\\_Sinalizacao\\_Patrimonio\\_Mundial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_Sinalizacao_Patrimonio_Mundial.pdf). Acesso em: 12 nov. 2025.

JORGE, Gabriel Gallina. Como aplicar comunicação visual na arquitetura: conceitos, referências e diretrizes para arquitetos. **Revista Arq.urb**, São Paulo, n. 36, p. 79-88, 2022. Universidade São Judas Tadeu. Disponível em: <https://revista-arqurb.com.br/arqurb/article/view/601>. Acesso em: 31mar. 2025

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*: **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, Lisboa, v. 4, n. 2, 2000. Dis-

ponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2769>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível**. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

MEDEIROS, Isadora Souza. **Identidade, arquitetura e pertencimento: proposta de centro comunitário para o Quilombo Alto Santana**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Goiás, Câmpus Goiás, 2024

MENEZES, Luiz. **Patrimônio e identidade: os desafios da memória nas cidades tombadas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. In: MOURA, Clóvis (Org.). **O negro: da senzala ao protesto**. São Paulo: Ática, 1985. p. 41-52.

OLIVEIRA, Karine. **Parâmetros urbanísticos e a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Karine%20Camila%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PÁDUA, Ciro T. de. **O Negro no Planalto (Do século XVI ao Século XIX)**. Volume XLI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1943.

PALACIN, Luís. **O Século do Ouro em Goiás, Goiânia**, 4ª edição. UCG-Editora, 1994. p. 30.

PÉRET, Benjamin. **O quilombo de Palmares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RICARDO, Cassiano. **Marcha Para Oeste**. Rio de Janeiro, 4a. edição, vol., EDUSP e Liv. J. Olympio Editora, 1970.

SÁ, Sinara Carvalho de; TESSMANN, Ana Carolina Oliveira; RODRIGUES, Brenno Vinicius Brito; SOBRINHO, Fernando Luiz Araujo. A patrimonialização e impactos sobre a comunidade quilombola do Alto Santana na cidade de Goiás-GO. **Revista ANPEGE**, [s. l.], 2023. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV187\\_MD6\\_ID1204\\_TB374\\_12112023113923.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID1204_TB374_12112023113923.pdf). Acesso em: 5 fev. 2025.

SALLES, Gilka V.F. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Col, Docs, Goianos, n. 24. Editora UFG, Goiânia, 1992, ps. 274-276

SILVA, Martiniano José da. **Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719-1888)**.

1998. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SILVA\\_\\_Martiniano\\_Jos\\_\\_da-1998.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SILVA__Martiniano_Jos__da-1998.pdf). Acesso em: 23 maio 2025.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.dan2.unb.br/images/doc/Dissertacao\\_246.pdf](http://www.dan2.unb.br/images/doc/Dissertacao_246.pdf). Acesso em: 15 abr. 2025.

TELES, Gilberto Mendonça. **A Poesia em Goiás: estudo antologia**, Imprensa da UFG, Goiânia, 1964.

